

CAIO MARTINS BUGIATO

Declínio do Estado-nação?

Mestrado em Ciência Política

Área de concentração: Relações Internacionais

Orientador: Armando Boito Jr.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

UNICAMP

Campinas, março de 2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

Bugiato, Caio Martins

**B865d Declínio do Estado-Nação / Caio Martins Bugiato.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2011.**

**Orientador: Armando Boito Junior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Estado nacional. 2. Globalização. 3. Imperialismo.
4. Neoliberalismo. 5. Classes sociais. I. Boito Junior, Armando.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

Título em inglês: Decline of Nation-state

**Palavras chaves em inglês
(keywords) :**

National state

Globalization

Imperialism

Neoliberalism

Social classes

Área de Concentração: Relações internacionais

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

**Armando Boito Junior, José Marcos Nayme Novelli,
Shiguenoli Myamoto**

Data da defesa: 31-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

CAIO MARTINS BUGIATO

DECLÍNIO DO ESTADO-NACÃO?

Dissertação apresentada ao Departamento de
Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do grau MESTRE em Ciência
Política sob orientação da Prof. Dr. Armando Boito
Junior.

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em 31/03/2011.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof. Dr. Armando Boito Junior (IFCH/UNICAMP) - (Presidente) 

Prof. Dr. Shiguenoli Miyamoto (IFCH/UNICAMP) 

Prof. Dr. José Marcos Nayme Novelli (UFSCar) 

Suplentes:

Prof. Dr. Andréia Galvão (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Davisson Charles Cangussu de Souza (UNIFESP)

Campinas
MARÇO DE 2011

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Capítulo 1: três teses sobre o declínio do Estado-nação.....	12
1.1 A economia sem fronteiras.....	12
1.2 A constelação pós-nacional.....	22
1.3 A soberania compartilhada.....	29
Capítulo 2: o mito da globalização e a vigência do imperialismo.....	40
2.1 O mito da globalização.....	40
2.2 A vigência do imperialismo.....	50
Capítulo 3: o Estado capitalista e o sistema de Estados.....	58
3.1 O Estado-nação como Estado capitalista.....	58
3.2 As transformações do Estado-nação.....	65
3.3 A internacionalização do Estado.....	69
Capítulo 4: as classes dominantes e o Estado neoliberal.....	74
4.1 A restauração do poder das classes dominantes no sistema de Estados.....	74
4.2 O Estado neoliberal.....	88
Conclusão.....	95
Bibliografia.....	98

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu orientador Amando Boito Jr., pelo empenho e pela paciência. Agradeço os membros da banca Marcos Novelli e Shiguenoli Myamoto pelas intervenções de extrema relevância tanto no exame de qualificação quanto na banca de defesa.

Agradeço meus amigos que participaram indireta ou diretamente do desenvolvimento dessa dissertação, com críticas, sugestões, comentários, discussões, etc.

Agradeço, sobretudo, meus pais, sem os quais não chegaria aonde cheguei.

Resumo

Nessa pesquisa bibliográfica apresentamos primeiramente as teses sobre o declínio do Estado-nação. Teses que giram em torno de três idéias principais: a ineficácia do Estado para o desenvolvimento econômico dos países, pois o mercado sem entraves políticos seria o motor do desenvolvimento material dos povos; a perda da capacidade do Estado de resolver problemas globais, que fogem da sua jurisdição, daí a formação de entidades supranacionais – como a União Européia – para a qual os Estados cedem parte de sua soberania; e o compartilhamento da soberania dos Estados com organizações internacionais – ONU, OTAN, OMC, FMI, Banco Mundial, entre outras –, que formariam uma espécie de rede na qual não só os Estados teriam a prerrogativa da autoridade. Posteriormente, desenvolvemos críticas sobre tais teses. Procuramos questionar o conceito de globalização, uma vez que este freqüentemente é associado a um processo de constituição de uma economia global sem fronteiras, na qual o mercado se coloca em conflito com o Estado. Para tal, trazemos algumas teses sobre o imperialismo. Assim, na economia mundial marcada pela estrutura imperialista, o Estado-nação, mais precisamente o Estado capitalista assume papel central. Analisamos, portanto, a necessidade do Estado para as sociedades capitalistas e do sistema de Estados para a economia capitalista mundial, explicando que um aparato tão importante para o capitalismo está longe de declinar. Por fim, trazemos para nossa discussão as classes dominantes e seu projeto neoliberal de restauração de poder de classe, o que nos permite chegar, em linhas gerais, ao conceito de Estado neoliberal e afirmar que o Estado-nação, longe do declínio, é imprescindível para a dominação e exploração das classes dominantes.

Abstract

In this bibliographic research we introduce first the thesis of the decline of the nation state. Thesis which are based on three main ideas: ineffectiveness of the state for the economic development of the countries, because a market without political barriers would be the engine for material development of the peoples; the loss of the capacity of the state in solving global problems, which flee its jurisdiction, therefore the constitution of supranational entities, as the European Union, to which states concede part of its sovereignty; and the share of the sovereignty of the states with international organizations, such as UN, NATO, WTO, IMF, World Bank, among others, that would constitute a kind of net in which not only the states would have the prerogative of authority. Later, we develop critics on such thesis. We question the concept of globalization, once it is often associated to a process of constitution of a global economy without boundaries, in which the market is in conflict against the state. For such task, we bring some thesis about the imperialism. Thus, in a world economy characterized by the imperialist frame, the nation state, more precisely the capitalist state, has a central hole. So we analyze the necessity of the state for the capitalist society and of the states' system for the world capitalist economy, explaining that such important apparatus for the capitalism is not about to decline. At last we bring to our discussion the ruling classes and its neoliberal project of restoration of class power, which enable us to reach, overall, the concept of neoliberal state and assert that the nation state, not in decline, is indispensable for the domination and exploitation of the ruling classes.

“O Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa.”

Karl Marx e Friedrich Engels
Manifesto do Partido Comunista, 1848.

Introdução

A emergência de novos atores na economia e na política internacionais nos últimos anos trouxe à baila o questionamento do papel do Estado-nação (ou Estado nacional) como ator principal das relações internacionais. Esse assunto leva teóricos a defender, no limite, o declínio do papel do Estado-nação, pois a transformação das economias nacionais em uma economia global fortaleceria atores que disputam poder com o Estado.

De acordo com as teses do declínio do Estado-nação, em um mundo em que capitais se movem com intensa liberdade à procura de melhores condições para sua reprodução, os Estados nacionais estariam sofrendo perdas de suas capacidades de ingerência em vários setores, sobretudo naqueles associados ao bem-estar e seguridade social das populações.

A abertura econômica ligada a mobilidade de capitais, intensificada pela redução dos custos de transação e pelas inovações tecnológicas – juntamente com o papel de organismos e sistemas de leis internacionais – estariam impondo restrições à direção de políticas até então conduzidas pelo Estado nacional. Sistemas de leis e normas internacionais ou regionais formados entre ou acima dos Estados, com interferência no seu interior, tenderiam a diminuir a autoridade legal dos Estados nacionais. Estes já não seriam mais soberanos como Max Weber lhes atribuía a condição de monopólio legítimo da violência. O centro normativo se estaria deslocando para um plano além do nacional.

Macro-processos políticos e econômicos teriam convergido para conturbar o papel central dos Estados-nação nas últimas décadas: a chamada globalização, no sentido de expansão das transações financeiras, dos investimentos externos diretos e indiretos, do comércio internacional e das comunicações e transportes; o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e da Guerra Fria, culminando, num primeiro momento, na ascensão do Estados Unidos como única potência hegemônica e, conseqüentemente, na alargamento da fronteira do capitalismo para o mundo todo; e constituição da União Européia, e outros blocos, como novas instâncias decisórias.

A globalização potencializaria o poder de atores não-estatais a ponto de dismantelar a estrutura do Estado-nação, retirando deste a condição de centro decisório do sistema

político internacional. Destarte, nas atuais condições do desenvolvimento das forças produtivas, estaria o poder de Estado comprometido. Estaríamos vivendo a transição de um período histórico em que os Estados nacionais deixariam de ser o centro decisório de questões nacionais e internacionais, depois de mais de quatro séculos de expansão continuada.

A política internacional seria constituída por um conjunto de atores como empresas transnacionais, blocos regionais, organizações internacionais multilaterais e organizações não-governamentais, cujas ações não possuiriam vínculo territorial, isto é, vínculo com seu Estado de origem. O mundo seria, assim, visto como uma aldeia global, na qual o conjunto dos países teria dado lugar a uma estrutura global que superou a autoridade dos Estados.

A passagem da economia regulada por governos centrais para uma rede de negócios transnacionais e a implantação de um sistema financeiro mundial, além da integração global de transporte e comunicação, seriam fenômenos contemporâneos que implicariam em mudanças. Pois, economia, política e cultura não seriam mais fundamentadas em torno da nação, mas sim assentadas em redes globais que afetariam o destino tanto do Estado quanto da sociedade civil.

Para defensores do declínio do Estado-nação como ator preponderante nas relações internacionais a soberania estaria em xeque, pois não faria mais sentido a autoridade sobre um determinado território, e um novo equilíbrio de poder estaria em jogo, no qual o Estado-nação seria apenas mais um participante. As transformações em curso estariam enfraquecendo o poder do Estado-nação de declarar guerra, instituir a paz, cobrar impostos e controlar crédito, moeda e política fiscal.

Nessa economia global o controle territorial se teria tornado difícil ou até sem importância, dado que, por exemplo, o avanço de empresas despreocupadas com limites geográficos a diversos territórios e o desenvolvimento de políticas concorrentes com as do Estado o privariam de controle sobre eventos internos e externos. Deste modo, o poder do Estado se estaria esvaindo, suas funções clássicas definhando e seu centro de decisão se deslocando para outras instituições. O Estado-nação estaria perdendo sua capacidade de ditar e influenciar a política internacional. Logo, o Estado-nação seria um agente

anacrônico, apenas sobrevivente porque o processo de transição para um novo sistema internacional ainda não está completo.

Estariamos diante de um processo de esvaziamento do poder dos Estados-nação similar ao que ocorreu nas cidades-estado da antiguidade?

É inegável que nas últimas décadas transformações significativas no Estado-nação vêm ocorrendo. Possivelmente nenhuma outra macro-instituição sofrera tantos ataques como o Estado nacional nas últimas décadas. O problema é saber se as mudanças correspondem de fato às assertivas dos seus teóricos, que as tomam como um movimento de grande amplitude, de modo que suas argumentações tendem a proposições de longo alcance, como as que defendem o fim do Estado-nação. Isto tornaria obsoleto o padrão teórico mais aceito na análise de política internacional, o qual se alicerça sobre os Estados nacionais como unidades elementares do sistema.

Com diferentes fundamentos, motivações, propósitos e argumentos, as teses sobre o declínio do Estado-nação foram propagadas na última década do século XX e o início do século XXI. Saudada por muitos, lamentado por alguns e considerada preocupante por outros, o fato é que elas estão presentes em diversos matizes político-ideológicas, da direita à esquerda – inclusive em suas variantes – e apareceram em variados meios e formatos. Provavelmente poucas teses tiveram uma inserção em espectro tão amplo de teorias.

Estariamos diante de um novo período histórico em que o livre fluxo de bens, serviços, investimentos, informações, conhecimentos e pessoas constituiriam sociedades mais fluídas e menos centradas na fronteiras e identidades nacionais? Estariamos presenciando a formação de sociedades interligadas por valores e práticas globalizados e menos dependentes de Estados nacionais? Seria o fim da história, como proclamou Francis Fukuyama?

Esta pesquisa bibliográfica procura esclarecer essas polêmicas. Para tal, o percurso que adotamos no texto é o seguinte: de início apresentamos as teses sobre o declínio do Estado-nação. Desenvolvemos três teses que se dividem em (1) a ineficácia do Estado para o desenvolvimento econômico das sociedades, pois o mercado sem entraves políticos seria

o motor do desenvolvimento material dos povos; (2) a perda da capacidade do Estado de resolver problemas globais, que fogem da sua jurisdição, daí a formação de entidades supranacionais – como a União Européia – para a qual os Estados cedem parte de sua soberania; e (3) o compartilhamento da soberania dos Estados com organizações internacionais – ONU, OTAN, OMC, entre outras –, que formariam uma espécie de rede na qual não só os Estados teriam a prerrogativa da autoridade. Posteriormente desenvolvemos idéias e argumentos que criticam tais teses. A primeira crítica se refere à globalização, isto é, ao mito que se criou sobre a existência de um processo inédito e irreversível de transição de um sistema de economias nacionais para uma econômica global sem fronteiras, na qual a vítima é o Estado-nação. Essa crítica é acompanhada da análise sobre a vigência do imperialismo na economia mundial. Em seguida, partimos para a discussão sobre a necessidade do Estado para as sociedades capitalistas e do sistema de Estados para a economia capitalista mundial, explicando que um aparato tão importante para o capitalismo está longe de declinar. Por fim, procuramos ir além de uma análise centrada exclusivamente no Estado ao demonstrar a relevância das classes dominantes na ação estatal. Das classes dominantes decorre o conceito de Estado neoliberal, que, apesar de caracterizado em linhas gerais, podemos afirmar que é fruto da luta de classes.

Capítulo 1: três teses sobre o declínio do Estado-nação

1.1 A economia sem fronteiras

O cenário internacional é o cenário da idade imperial (GUEHENNO, 1994), no qual haveria um mundo unificado, sem centro e sem organização piramidal de poder. Uma estrutura hierárquica piramidal com centro de controle e comando teria sido suplantada por uma estrutura de difusão de poder, de conexões múltiplas, onde poder significa contato, relacionamento, onde o poder se define pela influência e não pelo domínio. Essa organização nova se teria tornado possível graças às técnicas de comunicação que possibilitam uma gestão mais flexível da informação. Tal idade imperial seria fruto do fim da Guerra Fria que teria deixado as empresas livres para se estenderem à esfera política, passando por cima da autoridade dos Estados e criando novas leis de poder. Essas empresas multinacionais teriam dividido entre vários países as diferentes fases da produção e, assim, mediante a tecnologia da informação, teriam construído redes sem base territorial, isto é, teriam construído uma estrutura de criação de riqueza baseada em transporte de alta velocidade e telecomunicações que teria desestruturado a noção de espaço, sobretudo o espaço da autoridade estatal. Nessa época das multinacionais não haveria mais necessidade de território para a reprodução de capitais e o poder já não seria o exercício da autoridade em um determinado território, mas sim ter acesso às redes. O Estado-nação seria obrigado a se curvar diante dessa rede global de fluxos de riqueza, pois esta riqueza não estaria mais sob sua jurisdição, pelo contrário, estaria livre para procurar as oportunidades mais rentáveis. A incapacidade dos Estados de controlar a produção da riqueza revelaria o caráter decadente dessa entidade.

[...] estamos na véspera de presenciar o nascimento de um novo império. Um império cuja capital não será nem Washington, nem Bruxelas, nem Tóquio, nem Moscou. Roma não será mais em Roma, e nenhuma evidência territorial, nenhum grupo dominante irá se impor. Aquele império não será nem supernação, nem república universal. Ele não será governando por um imperador. Porém, é a idéia de império que mais se aproxima da organização vindoura, com a condição de não pensarmos nas construções precárias de um Carlos Quinto ou de um Napoleão, mas muito mais no Império Romano e talvez no Império Chinês, dois espaços

políticos onde os soberanos tiveram menos importância do que as regras que lhes sobreviveram (GUEHENNO, 1994, p. 57).

Na idade imperial, ou na época das multinacionais, a soberania estatal não faria mais sentido, uma vez que as regras do mercado ditariam as normas do cenário internacional. Segundo Guehenno (1994), na idade dos Estados-nação se tratava de determinado grupo em um território definido de dispor os poderes e as riquezas; o contrato social tinha suas raízes em uma história que limitava a iniciativa privada. Antigamente, o poder do Estado estava relacionado ao equilíbrio que tentava estabelecer entre seus diferentes componentes e à nitidez de suas fronteiras. Hoje, sendo as empresas os protagonistas do cenário internacional, o poder destas se mede pela quantidade de aberturas e pontos de articulação que elas operaram com tudo que lhe é externo. O que fora chamado de guerra de conquista e guerra civil, expressões relacionadas ao Estado, são hodiernamente substituídas por fusões, aquisições e partilha de empresas.

Nesse mundo imperial interconectado pelas redes – que não se restringem apenas à esfera econômica – nenhuma instituição seria capaz de captar todas as dimensões de um determinado assunto, isto é, problemas como o tráfico de drogas, degradação ambiental, migrações, armas de destruição em massa, etc., tornar-se-iam questões universais que não poderiam ser resolvidas pelo Estado-nação por si próprio. Paulatinamente estaria ocorrendo a abertura de um sistema que era fechado: o Estado-nação abriria mão de sua autoridade sobre uma extensão geográfica, pois se tornaria cada vez mais ultrapassada a idéia de unidade soberana e uma nova idéia mais plausível surgiria, a idéia do pós-nacional. O pós-nacional seria o processo em que a soberania dos Estados-nação esvair-se-ia e as entidades que antes eram submetidas ao controle estatal ganhariam liberdade para atuar sem limites geográficos, sobretudo as empresas multinacionais. O pós-nacional seria a mesma idéia de império: uma época em que não se constituiriam mais fronteiras por linhas que dividem espaços e separam os homens e em que uma soberania não teria mais embates com outra. “O que se cria não é nenhum corpo político mundial, mas sim um tecido sem costuras aparentes, um acréscimo indefinido de elementos interdependentes” (GUEHENNO, 1994, p. 68).

Percebe-se que, nessa tese, a edificação de corpos políticos e a definição de fronteiras, pré-requisitos fundamentais para a construção de sociedades em outras épocas, seriam derrubadas pela lógica das redes, dado que a fluidez e a concorrência colocar-se-iam como regras do dinamismo da idade imperial, regras que sobrepor-se-iam aos soberanos. Percebe-se, igualmente, que tal derrubada estaria simbolizada no modo de funcionar da empresa multinacional. Longe de serem cercadas pelos hábitos de uma pátria, as empresas multinacionais construiriam seu sucesso em cima dos nós relacionais que estabeleceriam. Elas não buscariam mais a economia de escala nacional, mas sim a circulação da informação e os impulsos que seus receptores captam do mundo exterior: produtos novos, novos tipos de financiamento, novos processos de fabricação, etc. Cada unidade da empresa seria arraigada na sua rede local para poder desenvolver seu papel de receptora no que tange seu exterior e ligada às demais unidades da empresa para desenvolver seu papel de gestão interna.

A idade imperial não seria a idade das grandes organizações. Estas, ao aceitarem a globalização das comunicações, a ascensão dos múltiplos elementos que formam as redes e o desaparecimento de seus limites, preparariam um mundo fluido, cuja estabilidade não dependeria mais de instituições, mas das regras que impediriam tanto a ruptura do sistema quanto a imobilidade dos seus elementos. Seria um mundo de regras, não de princípios.

Tendo perdido a autoridade que lhes conferia seu papel de repositórios do interesse público, ultrapassados pela globalização dos circuitos de dinheiro, sofrendo da concorrência pela riqueza de novos atores, manipulados por interesses muitas vezes mais fortes do que eles, os Estados-nação, mesquinhos e raquíticos, enfrentarão cada vez mais a acusação de só estarem condenando a corrupção para poder proteger o que lhes sobrou do poder (GUEHENNO, 1994, p. 114).

Pertinente a esse cenário internacional é o conceito dos quatro “Is” de Kenichi Ohmae (1996), para quem a conjuntura da economia global suscita questões acerca da relevância e eficácia dos Estados-nação como agregados significativos para pensar e gerenciar a atividade econômica. Investimento, indústria, informação e indivíduos – os quatro “Is” – fluiriam relativamente sem impedimentos através das fronteiras nacionais e

desse modo mostrariam que o conceito de um mundo de países economicamente fechados não poderia mais ser sustentado.

O primeiro dos “Is”, o investimento, significaria que os mercados de capitais da maioria dos países desenvolvidos teriam dinheiro em abundância para investimentos, Porém, as oportunidades de investimentos adequadas geralmente não estariam disponíveis nas mesmas áreas geográficas onde está o dinheiro. O resultado disso seria o desenvolvimento de mecanismos de transferência de capital através das fronteiras nacionais. Assim, o investimento não estaria geograficamente restrito como antes; o dinheiro, que é privado, fluiria para a oportunidade mais adequada, sem envolvimento dos governos. O essencial nessa transação seria a qualidade da oportunidade de investimento, posta em operação pelo mercado por si só. A indústria, o segundo “I”, teria uma orientação global, diferentemente do passado, em que estava atrelada aos interesses de seus governos nacionais para levar ao país anfitrião recursos e *know-how* em troca de acesso privilegiado aos mercados locais. Essa situação teria transformado as estratégias das empresas multinacionais¹, que teriam passado de condicionadas por razões de Estado a condicionadas por desejo e necessidade de explorar mercados e concentração de recursos atraentes. Subsídios governamentais tornar-se-iam irrelevantes, a instalação de empresas em diversos países significaria oportunidade de negócios.

O movimento tanto dos investimentos quanto da indústria teria como facilitador o terceiro “I”, a tecnologia da informação. Por meio deste, empresas operariam no mundo todo sem construir uma estrutura física de negócios nos territórios onde atuam; poderiam controlar atividades industriais e movimento de capitais virtualmente, sem ter que treinar exércitos de trabalhadores. Os consumidores individuais – o quarto “I” – igualmente teriam uma orientação mais global. O acesso à informação sobre o estilo de vida de consumidores (o que vêem, ouvem, compram, como gastam seu tempo) em todo o mundo os tornaria menos propensos e menos condicionados por restrições governamentais a comprar produtos devido à força das suas associações nacionais. Os consumidores procurariam produtos de melhor qualidade e de menor custo sem se importar com sua origem.

¹ Não é por acaso que utilizamos o termo multinacional. Nessa tese, na economia global as empresas não têm pátria e operam em diferentes países do globo.

Em conjunto, a mobilidade dos quatro “Is” significa que os fluxos econômicos independeriam de esforços governamentais para atrair ou canalizar capitais. Significa, portanto, que a função intermediária do Estado-nação e de seus governos tornar-se-ia, em grande medida, desnecessária. Os fluxos do mercado global funcionariam por conta própria e os Estados-nação não precisariam exercer o papel de formadores de mercado como no passado. “Numa economia sem fronteiras, a ação da ‘mão invisível’ do mercado tem um alcance e uma força além de qualquer coisa que Adam Smith pudesse ter imaginado” (OHMAE, 1996, p. 35).

As forças centrífugas (os quatro “Is”), postas em ação, denunciariam a inadequação da ordem política de limitação econômica dentro de fronteiras previamente estabelecidas, em relação à economia global: a coesão da nação representada na instituição do Estado estaria desgastada. O que estaria em jogo não é qual partido ou programa de governo domina o aparato do Estado, mas sim o efeito cumulativo de mudanças fundamentais nas atividades econômicas por todo o mundo; mudanças que em nada teriam que ver com os Estados nacionais, uma vez que estes já teriam perdido suas funções como unidades significativas na economia global do atual mundo sem fronteiras.

Segundo Ohamé (1996), os Estados nacionais, nessa economia sem fronteiras, possuiriam menos capacidade para contribuir com o desenvolvimento da nação. No intuito tradicional de aumentar o bem-estar econômico geral e afirmar a soberania dentro de suas fronteiras, o Estado impediria o sucesso econômico das regiões mais prósperas no interior de seus limites geográficos, enclausurando suas atividades no nível nacional e espantando os investimentos e informações para outras partes. No Estado-nação, a economia, sob a lógica da política eleitoral, sofreria com mecanismos de distribuição de riquezas, uma vez que os líderes políticos eleitos conquistariam e manteriam o poder através da canalização dos recursos do Estado para seus eleitores. Além do mais, se o funcionamento dos mercados de capitais globais compromete a capacidade dos Estados-nação de controlar a taxa de câmbio ou de proteger sua moeda, eles ficariam vulneráveis à imposição das opções econômicas realizadas em outros lugares por pessoas e instituições que fugiriam ao seu controle.

Dessa forma, faria cada vez menos sentido falar de países como Rússia, Itália, China, Brasil, como unidades econômicas individuais. Esses países seriam uma

combinação heterogênea de regiões com necessidades e capacidades distintas. Ao tratá-los como unidades econômicas individuais, configurar-se-ia uma necessidade política, porém uma farsa econômica, pois a disparidade das atividades econômicas entre tais regiões no interior dos Estados-nação omitiria os dados das suas realidades particulares.

Nesse contexto, bens e serviços produzidos e comercializados no mundo todo e as empresas responsáveis por eles não teriam um rótulo nacional exato. Um automóvel vendido sob uma marca estadunidense, que tem componentes produzidos na Europa e no Japão seria um dos muitos exemplos da multinacionalidade das empresas. Não se poderia afirmar que as empresas que atuam no cenário internacional são partes integrantes de determinada economia nacional. Mesmo quando certa atividade econômica sustenta um rótulo nacional, “trata-se, primariamente, de uma minibandeira do nacionalismo barato – ou seja, uma celebração chauvinista que valoriza muito mais os símbolos que despertam emoções do que melhorias concretas e reais na qualidade de vida” (GUEHENNO, 1994, p. 07).

Os fluxos globais de informação seriam no momento histórico atual o fato central e distintivo de outras épocas. Por mais que os governos tentassem impor restrições e controles, essas barreiras não durariam e sempre haveria vazamentos. Hoje, independente de qual seja o povo, os consumidores receberiam de todas as partes informações sobre estilo de vida, produtos, preferências e sobre o estilo de vida que almejam cultivar. Os cidadãos bem informados de um mercado global não esperariam – e não confiariam – que seus governos tomem iniciativas de melhorias de suas vidas. Eles buscariam seus próprios meios de acesso a economia global.

De acordo com Wriston (1994), a tecnologia da informação teria possibilitado evoluções de ampla magnitude na economia. Teria possibilitado a transferência instantânea de capital para qualquer parte do mundo; os fluxos de capital não estariam mais amarrados aos movimentos físicos de produtos, transformando as formas tradicionais de comércio em uma fração reduzida da atividade econômica transnacional. Teriam possibilitado na empresa a comunicação em tempo real entre gerentes, mercados, produtos e processos organizacionais. E teriam possibilitado aos clientes a informação sobre outros produtos, serviços e outros clientes além de suas fronteiras nacionais. Com maior alcance de disponibilidade de informação, as pessoas passariam a conhecer como vivem as outras, as

opções econômicas disponíveis e os níveis de valor associados a tais opções. Esse conhecimento minaria não somente a distância física, mas também o édito governamental, cuja autoridade limitaria esse campo de opções. No mapa econômico, a tecnologia da informação transformaria as fronteiras políticas em inexpressividade

A tecnologia da informação estaria criando rapidamente uma situação que poderia ser descrita como crepúsculo da soberania, já que o poder absoluto do Estado para agir sozinho tanto internamente, contra seus próprios cidadãos, como externamente, contra outras nações, estaria sendo atenuado. A tecnologia da informação estaria transformando o mundo em uma comunidade global no sentido literal da palavra. A humanidade agora teria um mercado financeiro e de informações internacionais integrados e capazes de movimentar dinheiro e idéias para qualquer parte do planeta em questão de minutos. O capital iria para onde fosse desejado e permaneceria onde fosse bem tratado. Ele fugiria das manipulações e regulamentos onerosos ao seu valor e ao seu uso e nenhum poder governamental poderia restringi-lo por muito tempo. Ademais, o controle soberano sobre o valor e o comércio de dinheiro estaria sendo corroído. Isso não quer dizer que os governos não poderiam mais influir no valor de suas moedas, mas sim que o fariam com capacidade reduzida de manipular esse valor nos mercados mundiais. Segundo Wriston (1994), cada vez menos os valores das moedas teriam que ver com o poder e o privilégio da soberania do que com as regras do mercado. Essas regras seriam administradas por um sistema financeiro internacional diferente de todos os arranjos anteriores, pois esse sistema teria sido construído não por políticos, economistas, banqueiros, ministros, nem por uma conferência internacional que produziu um plano mestre, esse sistema teria sido construído pela tecnologia. Assim, a tecnologia da informação ameaçaria as estruturas de poder mundiais; a natureza e os poderes do Estado soberano estariam sendo alterados e comprometidos. O mapa geopolítico do mundo estaria sendo redesenhado e os elementos do equilíbrio de poder das últimas décadas já estariam perturbados e a ponto de sucumbir.

Segundo Ohmae (1996), se as sociedades ultrapassam a barreira dos US\$ 5.000 per capita, o estilo de vida de seus povos se acelera em direção a uma semelhança cada vez maior. Seria um processo em que a exposição global às mesmas informações, aos mesmos ícones culturais, às marcas globais e às mesmas propagandas padronizaria a preferência dos indivíduos, processo que o Ohmae denomina a californização do gosto. Ademais, seria um

processo no qual a tecnologia afetaria questões fundamentais do processo de pensamento e da mentalidade: os cidadãos de diferentes partes do globo, sobretudo os jovens, no que diz respeito à visão de mundo, parecer-se-iam mais dentro de uma faixa etária do que parecer-se-iam com gerações precedentes dentro de suas sociedades. Os vínculos horizontais dentro de uma mesma geração em diferentes países seriam mais fortes que os vínculos verticais de gerações. Os gostos, preferências e mentalidades dos indivíduos em toda parte passariam, em velocidades e seqüências diferentes, para um caldo de cultura da economia sem fronteiras, que no fundo seriam disseminadas pelas novas tecnologias relacionadas à informação. Surgiria, assim, um processo social que levaria a uma civilização transnacional.

Nessa conjuntura, os Estados nacionais não se preocupariam com a californização ou com os desejos de seus cidadãos em adquirir produtos do estrangeiro. Sua preocupação seria proteger pequenos grupos de interesse específicos, mas politicamente poderosos. Dessa forma, restringiriam ou proibiriam importações, defenderiam recursos naturais contra estrangeiros, ou forçariam seus cidadãos a consumir produtos caros e de baixa qualidade. Ao passo que os governos restringiriam, as forças centrífugas iriam configurando uma situação em que o poder sobre a atividade econômica migraria para a rede sem fronteiras de decisões individuais baseadas no mercado.

Assim, de acordo com Guehenno (1994) os Estados fazem opções econômicas visando conseqüências políticas, não econômicas. As regras da lógica eleitoral e da expectativa popular os obrigam a sacrificar benefícios de longo prazo em favor de resultados imediatos. Eles são incapazes de privilegiar os interesses em qualidade de vida de seu povo, pois recusam a economia global sem fronteiras. Um grande problema é que dentro de um Estado nacional diferentes regiões se desenvolvem de formas distintas; a contribuição das regiões (impostos) é desigual em relação ao que recebem do governo (subsídio). Em suma, as regiões geradoras de riqueza seriam lesadas, pois contribuiriam com o governo mais do que receberiam, relação que se apresentaria invertida nas outras regiões não tão prosperas.

Segundo Ohmae (1996), na maioria das nações modernas, o governo se tornou inimigo público. Os sistemas políticos das nações são cada vez mais produto de interesses de grupos e distritos mais pobres, que trocam apoio por benefícios. Ocorre um alinhamento

do poder governamental com interesses internos específicos e com regiões “periféricas”, o que impede o centro econômico de adotar políticas responsáveis para toda a nação, além de impedir, igualmente, a participação do centro na economia sem fronteiras “numa época em que a prosperidade de um país resulta cada vez mais do apoio externo” (OHMAE, 1996, p. 51). Logo, esse alinhamento representaria interesses particulares e não o povo.

Essas pressões políticas não fariam sentido em um mundo sem fronteiras, onde a interdependência econômica geraria níveis crescentes de sensibilidade às demais economias. Mais cedo ou mais tarde a mão invisível do mercado empurraria para outras regiões as atividades geradoras de valor.

O crescimento depende de abrir as portas à economia global, e não mantê-la do lado de fora. Depende de criar e fortalecer vínculos econômicos agregadores de valor que ignorem as fronteiras políticas, e não em excluí-los implacavelmente, em nome do “interesse nacional”, como um insulto às prerrogativas da soberania. Um modelo de país fechado gera rivalidade entre as cidades e regiões (Ohmae, 1996, p. 56).

O interesse nacional tradicional, em face da economia global, tornar-se-ia um manto para o subsídio e o protecionismo. As atividades econômicas e os grupos de interesse reunidos em um Estado-nação individual deixariam em atraso o todo da nação, ao invés de deixarem as regiões progredirem em sintonia com os fluxos da economia global, reprimindo o interesse do povo².

Na economia sem fronteiras de um mundo interdependente, não haveria necessidade de soberania local. A economia global poderia fornecer soluções se os governos aceitassem tais soluções. Caso contrário, os governos espantariam a economia global, cuja participação seria essencial para o desenvolvimento. Sempre haveria grupos politicamente influentes no âmbito governamental que protegeriam o (fictício) interesse nacional. O teste que ocorreria não é se pressões da economia global surgiriam sobre governos, mas se estes teriam capacidade de resistir às pressões e abraçá-las enquanto Estados-nação. O bem-estar econômico dos povos em todo o mundo dependeria da sua

² Para Ohmae (1996), o interesse do povo, dos cidadãos bem informados e cientes da qualidade de vida que a economia global proporciona, está em oposição aos interesses eleitorais do governo. Mas o autor não define qual seu conceito de povo.

capacidade de participar da economia global, na qual o Estado-nação seria um obstáculo, mas que não resistiria por muito tempo. “Velhos hábitos são difíceis de morrer e os hábitos do poder morrem com mais dificuldade ainda” (OHMAE, 1996, p. 93).

Em termos econômicos, a tecnologia da informação, os fluxos de capitais, a dinâmica da indústria e as preferências dos consumidores se apresentariam como forças que moldariam a economia global, na qual o Estado-nação dos subsídios, do protecionismo, da distribuição de renda e do interesse nacional não passaria de um entrave ao desenvolvimento econômico dos povos. O sistema político de Estados-nação global se mostraria cada vez menos capaz de responder aos novos desafios econômicos; como unidades delimitadas não fazem mais sentido no novo mapa da atividade econômica. Os Estados-nação tornar-se-iam, de fato, atores coadjuvantes na economia global, porém, de direito, persistiriam como protagonistas no cenário internacional.

Em contraposição, as linhas divisórias territoriais que fariam sentido são os Estados-regiões: zonas econômicas naturais, como o norte da Itália, o alto do Reno na Alemanha, o Vale do Silício junto com a *Bay Area* de São Francisco nos Estados Unidos, ou São Paulo no Brasil, limitadas no tamanho geográfico, que exerceriam enorme influência econômica³ (OHMAE, 1996). Em respeito à soberania, essas regiões dentro dos Estados ficariam isoladas e privadas dos fluxos da economia global e sofreriam o ônus da redistribuição de recursos governamental, quando em verdade seriam motores de desenvolvimento, pois sua orientação seria a da economia global. Seriam de fato portões de entrada mais confiáveis do que os governos nacionais, dado que acolheriam a propriedade, os produtos, os investimentos estrangeiros para empregar produtivamente sua população e para dar-lhes acesso a produtos melhores e mais baratos de qualquer lugar do mundo. Desse modo, elevariam a qualidade de vida de seu povo e não financiariam os gastos do governo com regiões/setores atrasados. Seus líderes preocupar-se-iam com a lógica global, não

³ Nos Estados-regiões “a população [em termos qualitativos], então, não é a questão-chave. O mais importante é que cada Estado-região possua, em uma ou outra combinação, os ingredientes básicos para a participação bem sucedida na economia global” (OHMAE, 1996, p. 75). “Os Estados-regiões têm que ser suficientemente pequenos para seus cidadãos compartilharem de interesses como consumidores, mas de tamanho suficiente para justificar economias não de escala (que, afinal, pode ser alavancada de uma base de qualquer tamanho via exportação para o resto do mundo), mas de serviços – a saber, infra-estrutura de comunicações, de transporte e de serviços profissionais essenciais à participação na economia global. (Por exemplo, deve contar com ao menos um aeroporto internacional e, provavelmente, com um bom porto com instalações de manuseio de cargas de classe global)” (OHMAE, 1996, p.84).

eleitoral. Pois, a prosperidade de uma região implicaria no espalhamento de sua fortuna pelos territórios adjacentes tanto no interior quanto para fora da federação política a qual integra. “(...) A riqueza, assim como o conhecimento, surge em pontos esparsos e espalha-se a partir deles” (OHMAE, 1996, p. 142). Os Estado-regiões não precisariam ser inimigos do governo central; tratados como portões de entrada da economia global, poderiam ser seus parceiros.

Dada a ascensão das economias regionais, dos Estados-regiões, o papel do Estado-nação passaria a ser responsável a dotar tais regiões de autonomia econômica; teriam de ser livres para levantar capitais, implantar infra-estrutura e atrair investimentos. Dessa forma, os Estados-regiões poder-se-iam desenvolver e vincular ao interesse nacional mais amplo, o do povo. Caso contrário, os recursos da economia global fluiriam para oportunidades mais lucrativas em outros territórios. O Estado-nação teria uma única estratégia política possível nesse cenário internacional: deixar de ser máquina motriz essencial nos assuntos econômicos para ser catalisador das atividades dos Estados-regiões. Igualmente, deixaria sua função de unidade organizacional antinatural à economia para cumpri-la como agente de transição para a economia global sem fronteiras. O fim do Estado-nação não resolveria todos os problemas econômicos. Todavia, para Ohmae (1996), a partir desse fim não haveria mais pelepas ideológicas em torno da democracia liberal, economia socialista ou de mercado, comunismo, etc. nos Estados-nação soberanos. Tratar-se-ia de problemas organizacionais provocados pela natureza humana que poderiam ser resolvidos ou amenizados por soluções organizacionais acerca da natureza humana. Portanto, os Estados-regiões com autonomia suficiente seriam os mecanismos eficazes de prosperidade para qualificar a vida dos participantes da economia global.

1.2 A constelação pós-nacional

A Nossa segunda tese sobre o declínio do Estado-nação diz respeito exclusivamente a teoria de Jürgen Habermas (2001). Para esse autor, ao longo do século XX, inovações da humanidade teriam causado e ainda causam mudanças nas então consolidadas estruturas da vida dos cidadãos. Inovações que teriam desencadeado ou acelerado processos, cujos efeitos direta ou indiretamente teriam colocado em apuros o Estado-nação nos moldes que

o conhecemos desde a Revolução Francesa e Americana. Habermas traça uma análise dos apuros em que o Estado-nação se encontraria devido a tais inovações – que teria seu cerne no progresso científico e técnico –, as quais encontrariam seu ponto de maior manifestação no que ele denomina globalização. Ressaltamos que a análise de Habermas está voltada para a Europa, onde o processo de constituição da União Européia assumiria funções clássicas dos Estados nacionais do continente, supostamente deteriorando as competências destes para a criação de uma entidade supranacional.

Para Habermas (2001), as redes de comunicação cada vez mais abrangentes teriam desconcentrado a massa da população, a qual se teria tornado mais dispersa nos territórios. Igualmente, a modernização da economia, que desde a revolução industrial seguiu mais ou menos a mesma seqüência em todos os países, teria impellido a massa da população a passar do trabalho na agricultura para o setor da indústria e posteriormente para o setor terciário do comércio, transporte e serviços. Hoje, nessas sociedades pós-industriais, haveria um setor quaternário de trabalho baseado no saber que depende da afluência de novas informações e de pesquisa e inovação, como as indústrias *high-tech* ou bancos, a administração pública ou os serviços de saúde. A existência desse setor teria sido possível por uma revolução na educação que eliminou o analfabetismo e ampliou o acesso ao sistema de ensino. Por último, as novas formas de energia, as novas tecnologias industriais, militares e medicinais e os novos meios de transporte e de comunicação teriam revolucionado as formas de circulação da vida e teriam causado uma imprecisão na compreensão do mundo. Essas inovações que conectariam o mundo numa espécie de rede, sobretudo a aceleração das técnicas avançadas de comunicação e transporte, constituiriam as bases do processo de globalização e provocariam mudanças nas premissas do Estado-nação de limite territorial e construção simbólica de um povo.

Segundo Habermas (2001), a globalização, caracterizada (como um processo, não um estado) pela quantidade cada vez maior e intensificação das relações de troca, de comunicação e de trânsito para além das fronteiras nacionais viria pressionando desde os anos de 1970 o Estado-nação. Em formato de uma rede mundial, ela compreenderia vias de transporte para bens e pessoas, de correntes de mercadorias, capital e dinheiro, de transmissão e processamento eletrônicos de informação e de circulações de pessoas. A dimensão mais importante da globalização e hodiernamente inquestionável seria a

globalização econômica, uma vez que as atividades econômicas globais, comparadas às nacionais, nunca antes teriam atingido um nível de movimentação e de influência mediata ou imediata nas economias nacionais. Comércio de bens entre países, cadeias de produção mundiais das empresas transnacionais, investimentos diretos no exterior, elementos que em termos numéricos e de influência jamais teriam atingido patamares tão altos. A movimentação de capital nos mercados financeiros e a autonomização dos circuitos financeiros descolados da economia real completariam os elementos que configuram esse processo da globalização econômica. Entretanto, a globalização econômica não se restringe somente à livre e ao alto nível de circulação desses elementos; para que essa própria circulação seja posta em prática, seria necessária uma política econômica benéfica ao capital que visa à desregulamentação de mercados, melhoria das condições de investimentos, redução das subvenções e uma política monetária e fiscal antiinflacionária, bem como a privatização de empresas estatais, diminuição de impostos diretos e procedimentos semelhantes. Política econômica conhecida como neoliberalismo.

A globalização econômica afetaria o Estado nacional em diversos sentidos. Primeiro, a capacidade fiscal do Estado de taxar os capitais e usar seus recursos para atender a sociedade esvair-se-ia, na medida em que a acelerada mobilidade dos capitais dificultasse a intervenção estatal nos lucros em geral. A ameaça de emigração do capital intimidaria o governo a reduzir os impostos e até mesmo modificaria a legislação fiscal vigente. Essa pressão fiscal que a globalização econômica exerceria sobre o Estado-nação impediria que fossem feitos investimentos em áreas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população.

Segundo, estaria colocado em questão se a política nacional pode ser conciliada com o destino da sociedade nacional cada vez mais interdependente de uma sociedade mundial. Apesar de a soberania e o monopólio da violência da autoridade pública permanecerem formalmente intactos, em um mundo densamente entrelaçado principalmente pela economia seria mais raro que um Estado tome decisões sem haver conseqüências para outros Estados. Nessa sociedade mundial interdependente, a construção de instituições para além dos Estados nacionais estabeleceria outra fronteira para tomada de decisões (p. ex. militar, econômica, ambiental) diferente da fronteira territorial tradicional do Estado-nação. O resultado disso seria o surgimento de regimes regionais, internacionais ou globais que

permitiriam uma governança para além do Estado nacional e que compensariam de certa forma a perda da capacidade de ação nacional relativa a determinadas funções. Assim, em um caso como a União Européia, desapareceria a fronteira entre política interna e externa, marca registrada do Estado nacional.

Terceiro, a institucionalização da democracia, como integradora política dos cidadãos de uma sociedade ampla, foi historicamente viabilizada pelo Estado-nação. A globalização econômica – sobretudo a mobilidade da mão-de-obra que busca maiores remunerações – fragmentaria a democracia da nação por meio das reações etnocêntricas da população local contra tudo que é estrangeiro. A mistura do local e do estrangeiro e a intolerância que essa relação provoca poriam em risco a nação, dado que os atritos poderiam superar coesão que a institucionalização da democracia propiciou à sociedade. Assim, háveria por um lado o choque de diferentes culturas que resultariam em fechamento da identidade nacional e, por outro, a assimilação de uma cultura mundial que tornar-se-ia imperativa e heterogeneizaria a cultura local.

Quarto, e por último, os direitos fundamentais e políticos, que fundamentam a cidadania, autorizam os cidadãos, reunidos democraticamente, a aperfeiçoar seu próprio *status* de cidadão por via da legislação estariam sendo corroídos. A política de bem-estar social assumiu uma função de legitimação que tem um significado existencial para a vida dos cidadãos, ou seja, a política de bem-estar social é a argamassa da democracia. Essa política se estende por todo o tecido social: para o trabalho, mercado, serviços, saúde, educação, família, juventude, até para a proteção da natureza e projetos de urbanização, dispondo de bens coletivos e garantindo as condições de acesso a estes. É o Estado social regulador e redistribuidor que impede que as bases infra-estruturais da vida pública e privada sejam abandonadas à regulação do mercado. Entretanto, a globalização econômica influenciaria a política estatal em um aspecto pernicioso. A regulação do mercado pelo Estado tornar-se-ia menor; haveria uma menor taxaço do capital para a conversão em impostos e, conseqüentemente, sucederia uma regressão dos investimentos sociais. Sob pressão das políticas econômica neoliberais, os governos nacionais perderiam tanto a competência de ingerência no circuito econômico quanto a autonomia de ação político-econômica: esgotar-se-ia a função de financiamento do Estado. O Estado nacional perderia gradualmente sua capacidade de recolher impostos e estimular o crescimento com a

finalidade de assegurar sua legitimidade. Logo, esfacelar-se-iam o bem-estar social e a democracia.

Assim sendo, o problema central dessa tese, e conseqüentemente de Habermas, envolve os abalos sofridos pelo estado de bem-estar social e pela democracia⁴, pois uma vez que estes foram constituídos no âmbito do Estado-nação, as transformações deste em decorrência da globalização econômica implicariam em transformações naqueles. O Estado-nação (Estado social) que, no âmbito geral da sociedade, conquistou um campo de manobras para financiamentos e subvenções e para políticas de infra-estrutura e de seguridade social e, no âmbito econômico, pôde dirigir a produção e a distribuição em direção ao crescimento, à estabilidade de preços e ao pleno emprego, seria agora atacado pelas políticas econômicas do neoliberalismo. Tal política coagiria governos nacionais a um jogo de soma zero, no qual ou são alcançados os objetivos sociais de melhoria da qualidade de vida ou são alcançados os objetivos de estabilidade e crescimento da economia. Na economia internacional globalizada, os Estados-nação só poderiam adquirir posições competitivas no mercado internacional por meio da limitação de sua política públicas de cunho social, o que colocaria à prova a estabilidade democrática da sociedade. Em outras palavras, o fim do estado de bem-estar social – política de pleno emprego, estabilidade econômica, acesso universal a serviços de saúde e educação, etc. –, desencadeado pelas transformações no Estado-nação em decorrência da globalização econômica, colocaria em risco o processo democrático.

De acordo com Habermas (2001), as limitações trazidas pela globalização econômica em relação ao Estado nacional o deixariam de mãos atadas para enfrentar um trânsito comercial transnacionalizado, solapando as atividades direcionadas a suprir as necessidades da massa da população; restar-lhe-ia uma margem de manobra cada vez menor. Tanto o protecionismo quanto políticas econômicas voltadas para tais necessidades acarretariam custos orçamentários que derrubariam qualquer governo; numa econômica globalizada, o keynesianismo em um país só não funcionaria mais. A globalização da economia teria destruído a constelação de Estados nacionais que havia permitido o

⁴ A democracia ou o processo democrático, para Habermas, está intimamente ligado ao Estado. Um Estado democrático é aquele constituído com base nos fundamentos de uma associação de cidadãos iguais e livres, que governam a si mesmo. “O Estado nacional preenche importantes pressupostos para o sucesso do autocontrole democrático da sociedade que se constitui nas suas fronteiras” (HABERMAS, 2001, p. 80).

compromisso do Estado social com a sociedade. Por mais que esse Estado social não representasse a solução aos problemas do capitalismo, havia condições sociais que limitavam a voracidade do mercado e o regulavam para o bem-estar social.

Até o século XVII, formaram-se Estados na Europa que se caracterizavam pelo domínio soberano sobre um território e que eram superiores em capacidade de controle às formações políticas mais antigas, tais como os antigos reinados ou cidades-Estado. Como Estado administrativo com uma função específica, o Estado moderno diferenciou-se da circulação da economia de mercado institucionalizada legalmente; ao mesmo tempo, como Estado fiscal, ele se tornou dependente também da economia capitalista. Ao longo do século XIX ele se abriu como Estado nacional, para formas democráticas de legitimação. Em algumas regiões privilegiadas e sob as condições propícias do pós-guerra, o Estado nacional, que entretantes se tornara um modelo para o mundo, pôde se transformar em Estado social – graças à regulação de uma economia política, no entanto, intocável no seu mecanismo de autocontrole. Essa combinação bem-sucedida está ameaçada na medida em que uma economia globalizada foge às intervenções desse Estado regulador. As funções do Estado social evidentemente só poderão continuar a ser preenchidas no mesmo nível de até agora se passarem de Estado nacional para organismos políticos que assumam de algum modo uma economia transnacionalizada (HABERMAS, 2001, p. 69)

Daí a reação dos governos dos Estados-nação em se empenharem para construir instituições supranacionais que dariam respostas a globalização econômica; fusões políticas supranacionais seriam uma tentativa de recuperação da política em face da economia globalizada. Dado o declínio do Estado-nação, as instituições supranacionais seriam uma alternativa no que diz respeito a preservar as funções até então atribuídas a âmbitos nacionais dos Estados sociais diante das forças do mercado. Portanto, a partir da habitual perspectiva do Estado nacional, essa tese aponta as tendências que anunciam uma constelação pós-nacional como desafio político.

O impacto da globalização econômica sobre os Estados-nação – que culmina numa constelação pós-nacional, leia-se um cenário internacional formado por instituições supranacionais – seria um evento inerente às condições do capitalismo contemporâneo devido ao progresso científico e técnico. Isto é, estariam lançadas as bases de derrocada do Estado-nação e seus substitutos, de uma forma ou de outra, estariam emergindo. Como já

assinalamos, essa tese concentra sua análise nos direitos sociais e da democracia, que, ao estarem historicamente ligados ao Estado-nação, ficariam desamparados. O declínio do Estado-nação estaria em processo; o problema se concentra em encontrar formas adequadas de amparo ao bem-estar social e a democracia para além do Estado nacional.

Só poderemos enfrentar de modo razoável os desafios da globalização se conseguirmos desenvolver na sociedade novas formas de autocondução democrática dentro da constelação pós-nacional. Por isso gostaria de primeiramente testar as condições para uma política democrática para além do Estado nacional com base no exemplo da União Européia. Não me interessam, tanto, nesse trabalho, os motivos a favor ou contra a continuação da desmontagem da união política, mas sim a solidez das razões que tanto os simpatizantes quanto os céticos podem por na mesa e, mais especificamente, as razões pró e contra a façanha de uma democracia pós-nacional (HABERMAS 2001, p. 112-113).

Em suma, essa tese atribuída a Habermas traça uma análise de impacto da globalização no Estado nacional e considera as condições para a perda das competências tradicionais do Estado (soberania) estariam ocorrendo, assim como estariam em vias de surgimento as instituições supranacionais que resgatariam tais competências de uma forma além do Estado-nação. Destarte, preocupado em encontrar um novo suporte para bem-estar social e para o processo democrático, dado que o Estado-nação em declínio não os suportaria mais, Habermas coloca a questão se as instituições supranacionais, como a União Européia, teriam condições de tomar para si a construção da democracia e do bem-estar.

Normativamente, Habermas aponta para a necessidade de passagem de certos direitos de soberania para um governo europeu (União Européia) e os Estados nacionais manteriam competências de regulamentação das esferas que não produzem efeitos colaterais nos assuntos internos dos demais Estados-membros. De acordo com o filósofo, o governo europeu deveria não mais se fundamentar em contratos internacionais, mas sim aderir a uma forma de constituição comum, determinada por procedimento de legitimação democrática que se alimente das vontades e opiniões da sociedade civil européia. Todavia, o mais importante para o desenvolvimento deste nosso texto é a análise de Habermas sobre a passagem da constelação nacional para a pós-nacional, ou seja, o processo de declínio do Estado-nação e o surgimento de instituições supranacionais que assumam sua função, como

mostramos até aqui. Provavelmente, a legitimação democrática de uma constituição europeia já tenha tido resposta com a rejeição em plebiscito da Constituição Europeia por países do bloco, como França e Holanda.

1.3 A soberania compartilhada

Na nossa terceira tese uma globalização irreversível de trocas econômicas e culturais teria surgido, depois da descolonização e do colapso da URSS, com um mercado global e com redes globais de produção: o dinheiro, as pessoas, os produtos, a tecnologia, o conhecimento, as informações e os serviços, movimentar-se-iam acima das fronteiras nacionais. A globalização marcaria a transição de uma economia mundial para uma economia global, concretizando um processo de séculos de expansão da produção capitalista pelo mundo e o abarcamento de todos os territórios do globo pelas relações capitalistas. A globalização, igualmente, tornaria as relações econômicas mais independentes de controle políticos e, assim, a soberania do Estado-nação, ainda que eficaz, teria diminuído. Seria cada vez menor o poder que o Estado-nação tem de regular fluxos e impor autoridade na economia. Contudo, o declínio da soberania dos Estados-nação não significaria o declínio da soberania como um todo: a soberania teria tomado uma nova forma, composta de organismos nacionais e supranacionais, a soberania compartilhada.

Dessa forma, o cenário internacional não se confundiria com as fronteiras definidas pelo moderno sistema de Estados-nação, no qual os limites territoriais de um país delimitavam o centro de poder a partir do qual era exercido o controle sobre territórios externos, como foi o imperialismo. Nessa tese o imperialismo teria acabado; nenhum Estado-nação, nem mesmo os Estados Unidos poderiam ser o centro de um projeto imperialista. O cenário internacional não seria composto de um centro territorial de poder, nem basear-se-ia em fronteiras fixas; ele assumiria a forma do que Hardt e Negri (2001) denominam império.

O Império é um aparelho de descentralização e desterritorialização geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista

do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global (HARDT e NEGRI, 2001, p.12-13).

O império marcaria uma mudança no interior do modo de produção capitalista e do sistema de Estados para um mercado global quase sem fronteiras, onde o capital encontraria novos e complexos regimes de diferenciação e homogeneização. O declínio dos poderes do Estado devido à globalização anunciaria uma transição de paradigma da soberania moderna para a soberania compartilhada.

Assim, tal transição seria um processo em curso há décadas. Na atualidade a modernização teria acabado, isto é, a produção industrial não teria mais papel central na economia e em fenômenos sociais. Isso poderia ser comprovado pelos setores que mais empregam a população. Estaria em vigência o processo de pós-modernização ou informatização da economia: a migração da preponderância da indústria para o setor de serviços (terciário) – que inclui um enorme leque de atividades, de assistência médica, finanças, diversão, transporte, educação e publicidade. O setor terciário seria caracterizado pelo papel central desempenhado pelo conhecimento, informação, comunicação e afeto. A economia hoje, pós-moderna, seria a economia da informação. Desse modo, a modernização⁵ não seria mais a chave para o sucesso econômico e para a competitividade. A competição entre os países por níveis médios de hierarquia seria conduzida pela informatização da economia, não pela industrialização (HARDT e NEGRI, 2001).

Uma mudança na qualidade e natureza do trabalho estaria na base transição da industrialização para uma economia da informação. Um primeiro aspecto da transição seria a transformação no trabalho fabril do modelo fordista para modelos pós-fordistas. O cerne dessa transformação seria o sistema de comunicação entre a produção e consumo de mercadorias, ou seja, a passagem de informação entre a fábrica e o mercado. O modelo fordista construiu uma relação entre produção e consumo na qual a produção em massa de mercadorias padronizadas se pautava numa demanda adequada, sem consultar o mercado. Diferentemente, os modelos pós-fordistas basear-se-iam na inversão da relação fordista, na

⁵ Para autores como Hardt e Negri a modernização é sinônimo de industrialização e a pós-modernização é sinônimo do processo de informatização da economia.

qual o planejamento da produção comunicar-se-ia com os mercados; as fábricas não manteriam estoque e as mercadorias seriam produzidas de acordo com a demanda existente nos mercados. Esse contexto industrial apresentaria um cenário em que a comunicação e a informação adquiririam um novo papel central na produção e esta, por sua vez, tornar-se-ia um serviço para o setor terciário.

Outro aspecto da preponderância do setor de serviços, que em sua maioria estaria centrado na troca contínua de informações e conhecimentos, seria o trabalho imaterial. Como, nessa tese, a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção com trabalho imaterial, que é o trabalho que produz produto cultural, serviço, comunicação ou conhecimento. É o trabalho que reivindicaria mais alto valor e por isso seria a chave para a competição na nova economia global.

Outra face do trabalho imaterial seria o trabalho afetivo de contato e interação humana. Serviços de saúde, por exemplo, basear-se-iam essencialmente em cuidados em trabalho afetivo, e a indústria do entretenimento estaria, da mesma forma, centrada na criação e manipulação de afeto. Esse é o trabalho que produziria produtos imateriais como sentimento de conforto, bem-estar, satisfação, excitação ou paixão; são a criação e manipulação do afeto que estariam associadas ao contato humano, que pode ser real ou virtual, como na indústria do entretenimento.

Sumariamente, nessa tese podemos identificar três tipos de trabalho imaterial que impulsionam o setor de serviços. O primeiro é a informatização geral da economia, que incorporou tecnologias de comunicação e passou a ser vista como um serviço de produção de bens para o setor terciário: o trabalho material se mistura com o trabalho imaterial. O segundo é o trabalho imaterial que produz produtos culturais, serviços, conhecimento ou comunicação. O terceiro envolve a criação e manipulação do afeto que requer contato humano virtual ou real. Esses são os três tipos de trabalho que impulsionariam a pós-modernização da economia global. Em cada forma de trabalho imaterial a cooperação seria inerente; ele formaria uma interatividade cooperativa mediante as redes. Ele envolveria de imediato cooperações e interações sociais (HARDT e NEGRI, 2001).

A conseqüência da passagem da economia industrial para a economia informatizada seria a descentralização da produção. Na produção, as concentrações de forças produtivas, principalmente da força de trabalho, na fábrica para facilitar os transportes e as comunicações tornar-se-iam raras. A informatização da indústria (pós-fordismo) e o crescente domínio da produção de serviços tornariam desnecessária tal concentração: avanços nas tecnologias de informação e nas telecomunicações possibilitariam a desterritorialização da produção. O controle e a comunicação das empresas seriam feitos à distância e, em alguns setores, dispensar-se-ia o local físico de trabalho, pois os trabalhadores comunicar-se-iam por meio das tecnologias de informação. A linha de montagem teria sido substituída pela organização em rede, pelas redes globais de produção, fazendo com que a cooperação, a comunicação e a eficiência produtiva deixassem de ser dependentes de proximidade e centralização. A cooperação no trabalho não requer território ou centro físico. Em relação ao trabalho imaterial, que envolve manuseio de conhecimento e informação, a desterritorialização da produção seria ainda mais intensa. Processos de trabalho seriam conduzidos quase que inteiramente compatíveis com as redes globais de produção, para as quais a distância e localização tivessem importância limitada. O trabalho na indústria como nos serviços atualmente contariam com o que pode ser chamado de cooperação abstrata, no qual a comunicação de conhecimentos e de informações seria central e os trabalhadores não precisariam estar presentes. Conseqüentemente, as redes de informação e comunicação liberariam a produção das coações territoriais. Igualmente, a informatização da produção e a crescente importância da produção imaterial tenderiam a libertar o capital das coações territoriais. O capital poderia deixar uma região para lugares mais rentáveis ou poderia usar seu poder de locomoção como tática de negociação.

Sendo assim, uma característica da época da globalização seria o surgimento do capital transnacional. As revoluções tecnológico-científicas das últimas décadas – em comunicação, transporte, informação, comércio, gerência, automatização, robotização, etc. – seriam tecnologias globalizantes que permitiriam que o capital se tornasse global. Novos padrões de acumulação teriam nascido mediante essas tecnologias da globalização, as quais possibilitariam e requereriam uma economia de escala global. Ademais, os capitalistas

nessa conjuntura encontrariam uma mobilidade, na qual os obstáculos políticos e materiais para mover livremente seu capital diminuiriam significativamente⁶.

Nesse contexto, de acordo com Robinson (2007) o capital transnacional seria o fator que propiciaria a passagem da economia mundial para a economia global (globalização). Cada país desenvolveu historicamente circuitos nacionais de acumulação que formaram vínculos externos com outros circuitos nacionais semelhantes por meio do intercâmbio de mercadorias e fluxos de capital. Porém, o capitalismo global não seria mais uma coleção de economias nacionais. A globalização apontaria para o desmantelamento de sistemas econômicos nacionais autônomos e sua reativação como elementos constituintes de um sistema mundial integrado pelas redes de produção. Os sistemas nacionais teriam sido transformados em estruturas caleidoscópicas altamente complexas que implicariam na fragmentação de muitos processos de produção e na sua alocação geográfica, em formas que ultrapassariam as fronteiras nacionais. A globalização unificaria o mundo em um só modo de produção e em um só sistema global.

Logo, podemos destacar nessa tese um fator essencial que mina a soberania do Estado-nação: o capital transnacional. Diferentemente da soberania que opera com fronteiras fixas, populações e funções para com a sociedade nacional, o capital operaria no plano da imanência, mediante redes, sem possuir um centro dominante de poder. O capital tenderia a destruir fronteiras sociais tradicionais, espalhando-se através dos territórios e envolvendo nos seus processos novas populações. Conseqüentemente, o capital entraria em conflito com o Estado-nação, pois a despeito do histórico apoio do capital sobre o direito e a força, estas esferas o contradizem em princípio e obstruem na prática seu desenvolvimento.

Segundo Jacques Bidet (2008), chegamos a um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas seria tal que o espaço nacional, em seus limites, começaria a se tornar mais ou menos obsoleto. Teria chegado a hora dos conjuntos

⁶ É importante distinguir transnacionalização de internacionalização. Internacionalização significa extensão das atividades econômicas por meio das fronteiras nacionais e em essência é um processo quantitativo que conduz a um padrão geográfico mais extenso da atividade econômica. A transnacionalização é um processo qualitativo que implica não só na extensão geográfica da atividade econômica por meio das fronteiras, mas também na integração funcional de tais atividades internacionalmente dispersas (ROBINSON, 2007).

nacionais mais vastos, continentais. Mas uma parte do poderio estatal seria admitida também no âmbito mundial, donde começaria a se afirmar um território que é o planeta, uma população que é a humanidade, uma lei que é o capital⁷.

O modelo de rede de informação e comunicação teria fomentado o poder crescente das empresas transnacionais (corporificação do capital transnacional) além e acima das fronteiras tradicionais do Estado-nação, ultrapassando sua autoridade e jurisdição. Teria ocorrido uma centralização de comando e de controle da economia global do capital transnacional, cuja organização estaria nas empresas transnacionais. Essas grandes empresas coordenariam vastas cadeias e incorporariam numerosos agentes e grupos sociais em complexas redes globais de produção. Embora não signifique uma vitória completa, tais empresas desgastariam as funções do Estado-nação, cujos elementos seriam deslocados para outros níveis de operação. Destarte, a soberania perderia a eficácia de anteriormente; o controle dos movimentos da economia não estaria mais nas mãos das unidades políticas soberanas tradicionais. As empresas transnacionais, detentoras dos fluxos da economia global, enfraqueceriam a soberania Estatal e este cenário requereria uma nova constituição política. Portanto, os governos nacionais seriam integrados ao sistema de comando transnacional articulado mediante uma série de organizações e funções (bancos, organizações internacionais, sobretudo de planejamento, e seus organismos funcionais internos), formando uma nova constituição da política mundial: a soberania compartilhada.

Achamos, no entanto, que é um grave erro abrigar qualquer nostalgia dos poderes do Estado-nação ou ressuscitar qualquer política que celebre a nação. Antes de tudo, esses esforços são inúteis, porque o declínio do Estado-nação não é simplesmente resultado de uma posição ideológica

⁷ Bidet e os autores de *Império* chegam a conclusões semelhantes por rotas teóricas distintas. A conclusão sobre o advento de um aparato estatal mundial que congrega diferentes organismos de autoridade e que compartilha a soberania é uma idéia comum aos autores. Entretanto, Hardt e Negri chegam a essa conclusão mediante a importância que conquistou na economia o trabalho imaterial e a formação de redes que passam por cima da autoridade do Estado. Bidet, por outro lado, afirma que o espaço internacional está sendo modificado à semelhança do espaço nacional. Neste, sua estrutura composta por forças produtivas, relações de produção, Estado, estaria expandindo-se via imperialismo e políticas neoliberais, transformando o espaço internacional fragmentado por economias nacionais em um espaço único, estruturalmente semelhante ao espaço nacional. Daí a idéia desse autor de que a humanidade começa a pertencer ao mundo como se pertencesse a uma nação e de que um aparato estatal mundial, o Estado-mundo, está em gestação.

que possa ser invertida por um ato político: é um processo estrutural e irreversível. (...) A decadente eficácia dessa estrutura pode ser seguida claramente através da evolução de uma série de corpos jurídico-econômicos globais, como GATT, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o FMI (Hardt e Negri, 2001, p. 357-358).

Em suma, nessa tese a economia global teria transformado o mundo em uma única nação, cujas instituições (Estado nacionais e instituições internacionais econômicas e políticas – FMI, Banco Mundial, OMC, ONU, OCDE, etc.) compartilhariam a soberania. Essa idéia é ilustrada por Bidet (2008) ao afirmar que instituições como a Organização Mundial do Comércio instauram uma dinâmica de caráter estatal mundial, pois seu Órgão de Solução de Controvérsias possui, em última instância, uma autoridade efetiva; esse tipo de instituição funcionaria como um aparelho de um Estado de direito mundial.

A transnacionalização do capital transformaria a forma e as funções do Estado-nação. Os Estados no último quartel do século XX teriam assumido um regime que tenta promover a flexibilidade e a permanente inovação em economias abertas através da intervenção no campo da oferta, bem como reforça a competitividade dos espaços econômicos relevantes. Pois acreditar-se-ia que a competitividade depende mais de formatos institucionais, relações, recursos e valores extra-econômicos. Isso significa que fatores extra-econômicos estariam sob crescente pressão da lógica do capital, ou seja, o Estado tentaria dar caráter de empreendedorismo a todos setores da sociedade que são relevantes para a acumulação de capital. Além disso, nesse regime os Estados subordinariam a política social às necessidades de competitividade e flexibilidade do mercado de trabalho. Essas mudanças na política econômica e social ampliariam os problemas enfrentados pelo Estado nacional no plano de conciliação entre a pressão crescente em favor de medidas favoráveis ao capital e a necessidade de manter legitimidade política e coesão global de países divididos em classes. A resposta a esse dilema seria o deslocamento de tais problemas por meio da realocação de funções em diferentes níveis de organização econômica e política, para uma dimensão pós-nacional organizada por instituições internacionais.

Nesse processo de constituição de soberania compartilhada estaria presente o que Robinson (2007) chama de classe capitalista transnacional: a formação de (essa) classe estaria menos vinculada ao território e à jurisdição dos Estados-nação do que tem sido na história do capitalismo, dado que a globalização forneceria a base para a transnacionalização de classe e o surgimento de uma classe capitalista transnacional. Isso significa que a classe capitalista estaria em um processo de transformação vinculado a expansão mundial do capital no fim do século XX e princípio do XXI, corporificada nas empresas transnacionais. Sob a globalização, a análise de classe, particularmente a noção de que as classes estão por definição atadas ao Estado-nação, perder-se-ia e ocorreria a formação de uma burguesia cujas coordenadas não seriam nacionais.

Segundo Robinson (2007), à medida que os circuitos nacionais do capital se integrassem transnacionalmente, as redes globais de produção passariam a ser o lugar de formação de classe, substituindo o lugar do Estado-nação. A nova classe capitalista transnacional compreenderia os donos – propriedade e controle – do capital transnacional, isto é, os grupos que detêm a posse das redes, compreendidos sobretudo nas empresas transnacionais e nas instituições financeiras privadas. Esta classe seria transnacional por estar vinculada a redes globalizadas de produção, desvinculada de territórios e identidades nacionais e porque seus interesses repousariam na economia global e liberalização do mercado mundial. O controle das redes globais pela classe capitalista transnacional lhe daria existência objetiva de classe e identidade no sistema global, acima de qualquer território ou política local.

Em âmbito global, essa classe articularia interesses econômicos com fins políticos em busca do projeto de uma economia global sem fronteiras e de criar condições para que o capitalismo global funcionasse mediante instituições de um Estado transnacional.⁸ Este seria a forma institucional que assumiria a soberania compartilhada. A relação entre a classe capitalista transnacional e o Estado transnacional sob a globalização significaria assegurar a reprodução das relações globais capitalistas, bem como a criação e reprodução de instituições políticas e culturais que favoreceriam o domínio dessa classe. Deveriam,

⁸ O poder social dos grupos se funda no controle sobre a riqueza (meios de produção e produto social), mas se exerce através de instituições (Robinson, 2007).

portanto, existir instituições que reproduzissem as condições necessárias ao capital transnacional e tal instituição é o Estado transnacional (ROBINSON, 2007).

O Estado transnacional seria um conjunto de instituições emergente que abarcaria Estados nacionais transformados e integrados, junto com fóruns econômicos e políticos supranacionais e não teria forma institucional centralizada. Tais fóruns compreenderiam FMI, Banco Mundial, OMC, bancos regionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, NAFTA, APEC, etc. (econômicos) e o G7, o sistema da ONU, OCDE, União Européia, Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE, sigla em inglês), ASEAN, entre outros (políticos). Os aparatos do Estado transnacional seriam multicentrados e unificariam internacionalmente instituições de diferentes graus de transnacionalização com distintas trajetórias e histórias

O Estado transnacional representaria a reorganização do Estado em cada país, envolveria concomitantemente a aparição de instituições econômicas e políticas supranacionais e ambos processos não seriam excludentes. Seriam processos gêmeos da transnacionalização estatal. O Estado nacional não pereceria, transformar-se-ia no que diz respeito a suas funções, tornando-se componente funcional de uma instituição maior. O Estado transnacional assumiria o papel de criar e manter as precondições de valorização e acumulação do capital na economia global, a qual requereria uma autoridade política e econômica transnacional para representar a totalidade de capitais em competição.

Segundo Robinson (2007), os Estados nacionais nessa época de soberania compartilhada realizariam três funções essenciais: (1) adotariam políticas fiscais e monetárias que assegurassem a estabilidade macroeconômica; (2) proveriam a infraestrutura necessária para a atividade econômica global (espaços aéreos, portos, redes de comunicação, sistemas de educação); e (3) proveriam a ordem social que requer instrumentos de coerção direta e aparelhos ideológicos.

Dessa forma, na época da globalização presenciáramos o declínio da supremacia estadunidense e as primeiras etapas da criação da uma soberania compartilhada mediante estruturas nacionais e supranacionais para regular o capitalismo global. O bastão de mando hegemônico não teria sido passado a outro Estado-nação, mas a uma configuração de

instituições munidas de autoridade emergida das redes globais de produção. Contudo, a globalização teria surgido em uma época de domínio mundial dos Estados Unidos e a concentração de recursos e o poder coercitivo do Estado nacional estadunidense lhe permitiriam exercer o poder militar. Ademais, a economia global requereria um aparato de coerção direta para abrir zonas que poderiam negar o capitalismo, para impor ordem e reprimir a rebelião quando a estabilidade do sistema fosse ameaçada. Ou seja, haveria necessidade uma autoridade política com capacidade coercitiva que assegurasse ambiente favorável para empreender a acumulação do capital. Por razões históricas, o governo dos Estados Unidos exerceria controle sobre a maior máquina militar do mundo e na globalização esta seria empregada como o garantidor da economia global.

Por fim, para esclarecer esse cenário internacional onde vigoraria a soberania compartilhada, Hardt e Negri (2001) mostram que sua constituição seria distribuída em um amplo espectro de organizações (Estados-nação, associações de Estados e organizações internacionais), divididas por funções (monetária, militar, educacional, de saúde), cuja estrutura teria formato piramidal, composta por três camadas, as quais conteriam níveis. Na primeira camada – a mais alta camada de comando global unificado –, no cume da pirâmide encontrar-se-iam os Estados Unidos, que deteriam a hegemonia sobre o uso da força global, mas agiriam sob a cobertura da ONU⁹. No nível abaixo, estaria um grupo de Estados que controlaria os instrumentos monetários globais e regularia as trocas internacionais como o G7, os clubes de Londres, Paris e Davos; logo abaixo estariam as organizações internacionais militares e monetárias multilaterais, completando, assim, a camada que constituiria o poder central da estrutura. Na segunda camada, na qual o comando seria amplamente distribuído pelo mundo, mas não há uma unificação como na primeira, estariam as redes (fluxo de capital, de tecnologia, de produtos, de pessoas, de conhecimento, de informação, de serviços, etc.) que empresas capitalistas transnacionais estenderam no mercado mundial. Essas empresas estariam sob a cobertura e a garantia do poder central e seriam operacionalizadoras da camada superior, dariam vida a toda estrutura. Com efeito, o ponto mais alto de comando mundial seria articulado entre

⁹ *Império* foi publicado originalmente em 2000. Provavelmente essa afirmação não seria feita depois da guerra no Iraque em 2003.

empresas transnacionais e pelas organizações monetárias. As redes das empresas transnacionais redesenhariam a geografia do globo. Em um nível abaixo, subordinado ao nível das empresas transnacionais, residiria o conjunto geral de Estados-nação, desempenhando funções como mediação política em relação aos poderes que estão acima deles na estrutura piramidal, sobretudo no que diz respeito às empresas transnacionais e redistribuição de renda. Os Estados-nação captariam e redistribuiriam a riqueza na estrutura e disciplinariam suas populações para que isso fosse possível. Na terceira e mais ampla camada consistiria nos grupos que representam interesses populares no arranjo político global como Estados-nação de menor expressão política e econômica. Igualmente, organismos não governamentais e não ligados ao capital – setores da mídia, instituições religiosas e, com destaque, as organizações não governamentais (ONG) – funcionariam nessa camada como uma sociedade civil global, canalizando desejos e necessidades populares para dentro do funcionamento da estrutura de poder. Por conseguinte, esse arranjo político pós-moderno poderia ser considerado evolução para além do sistema de Estados, cujo ponto mais inovador seria a hibridização das funções que antes eram monopolizadas pelo Estado-nação soberano; as empresas transnacionais, junto com as associações de Estados e as organizações internacionais, desempenhariam tais funções que garantiriam o chamado processo de globalização (HARDT e NEGRI, 2001). Notamos que, nesse esquema de Hardt e Negri, a primeira camada, mais os Estados nacionais, são o que chamamos de Estado transnacional, ou seja, a forma que assume a soberania compartilhada no atual cenário internacional.

Capítulo 2: o mito da globalização e a vigência do imperialismo

2.1 O mito da globalização

Há uma idéia comum que perpassa as teses apresentadas no capítulo anterior, a idéia da globalização. Mais do que uma suposta fase ou época do capitalismo, a globalização seria o algóz do Estado-nação, ou seja, nela estariam os elementos que minam a soberania e apontam para o declínio do Estado nacional. A globalização seria um processo irreversível de trocas econômicas e culturais surgido no último quartel do século XX e intensificada depois do colapso da URSS, trazendo um mercado global: o capital, os indivíduos, os produtos, a tecnologia, o conhecimento, as informações e os serviços circulariam acima das fronteiras nacionais. O mercado conectaria o mundo numa espécie de rede, sobretudo devido à aceleração das técnicas avançadas de comunicação e transporte, construindo as bases do processo de globalização e provocando mudanças nas premissas do Estado-nação.

Com já exposto, a globalização marcaria a transição de uma economia mundial para uma economia global, concretizando um processo de séculos de expansão da produção capitalista pelo mundo e o abarcamento de todos os territórios do globo pelas relações capitalistas. Ela tornaria as relações econômicas mais independentes de controle políticos diminuindo a soberania do Estado-nação. O poder do Estado-nação de regular fluxos e de impor autoridade na economia seria cada vez menor

O traço comum que tais teses levam é o conflito entre o mercado e o Estado, no qual o mercado globalizado estaria superando os entraves políticos que historicamente o regularam, construindo um cenário internacional sem as tradicionais fronteiras nacionais, uma espécie de aldeia global. É pertinente retomar aqui, a título de ilustração, a idéia de Bidet (2008), que se enquadra em todas as teses: no âmbito mundial, começaria a se afirmar um território que é o planeta, uma população que é a humanidade, uma lei que é o capital. É igualmente pertinente salientar a idéia de Ohmae (1996) sobre o mundo sem fronteiras, no qual gostos, preferências e mentalidades dos povos em toda parte passariam para um caldo

de cultura da economia global, culminando em um processo social mundial que levaria a uma civilização transnacional.

Em suma, as visões dos autores sobre tal cenário internacional podem ter suas diferenças, mas giram em torno (com maior ou menor intensidade) de um eixo fundamental: o triunfo do mercado global sobre os Estados nacionais. O livre fluxo de investimentos, informações, tecnologia e indivíduos e a livre movimentação de empresas e de capital para onde lhes for mais conveniente passam a idéia de um mundo economicamente aberto, sem restrições políticas. Vigora nessas teses a não vinculação das empresas ditas multinacionais a nenhum país, uma vez que bens e serviços produzidos e comercializados no mundo todo não teriam rótulo nacional, pois a produção de tais bens e serviços seria um processo executado em diferentes partes do globo.

Nesse processo de globalização, segundo Habermas (2001), as atividades econômicas globais, comparadas às décadas passadas, nunca antes teriam atingido um nível de movimentação e de influência nas economias nacionais. Elementos da globalização, como o alto índice de comércio de bens entre países e de investimentos diretos no exterior, cadeias de produção mundiais das empresas multinacionais, movimentação de capital nos mercados financeiros e a autonomização dos circuitos financeiros descolados da economia real jamais teriam atingido patamares tão altos em termos numéricos e de influência.

As redes de informação e comunicação liberariam o capital das coações territoriais. O capital migraria para regiões onde sua reprodução fosse mais rentável e ainda teria poder de rápida alocação como tática de negociação com governos. O capital fugiria das manipulações e regulamentos onerosos ao seu valor e ao seu uso. Restrições governamentais de nada adiantariam para regulá-lo, pois sua locomoção seria fácil e rápida. Surgiria o capital transnacional. As revoluções tecnológico-científicas das últimas décadas teriam sido tecnologias globalizantes que permitiram a globalização do capital. Nessa conjuntura, os capitalistas encontrariam tamanha mobilidade que os obstáculos políticos e materiais para mover livremente seu capital diminuiriam significativamente. Esse capital transnacional seria o fator que propiciaria a passagem da economia mundial para a economia global ou globalização. O modelo de rede teria fomentado o poder crescente do

capital além e acima das fronteiras tradicionais do Estado-nação, ultrapassando sua autoridade e jurisdição.

Contudo, devemos ter cautela ao afirmar que a globalização é um processo dessa magnitude, que contém todos esses elementos que abarcam todo o planeta e que põe em xeque os Estados nacionais. De acordo com Batista Jr. (1998), a globalização está repleta de mitos. Mitos que residem na idéia de que todos os países estão submetidos à ação de forças econômicas globais incontroláveis, as quais não deixam espaço para iniciativas nacionais, pois estas se devem curvar aos imperativos da “nova economia global”, caso contrário sucumbirão em meio a competitividade internacional. Do ponto de vista de certos governos, a ideologia da globalização serve para isentá-los de responsabilidade, transferindo-a para um suposto fenômeno fora do controle nacional. Mais do que isso, tal ideologia serve aos propósitos dos setores e países que estão no comando do processo de internacionalização, com o propósito de desarmar as iniciativas nacionais e remover resistências aos interesses econômicos-financeiros que operam em escala internacional.

Um dos mitos é o da empresa multinacional. Esse é o principal mito da globalização que aponta para o declínio do Estado-nação: a ascensão das empresas globais supostamente livres de lealdades nacionais. Para o autor, sem sombra de dúvidas, nas últimas décadas cresceu o número de firmas que atuam em âmbito internacional. Indústrias e empresas financeiras tanto de países centrais quanto periféricos expandiram suas atividades no exterior e conservam parte de seus ativos fora do país de origem. Todavia é insensato falar em empresas multinacionais, sem identificação nacional específica. Mesmo grandes empresas, as quais costumam ser mais internacionalizadas que as médias e pequenas, são marcadas pela origem nacional. Empresas multinacionais, que operam em diversos países sem ter vinculação com um Estado-nação específico, são raras, sobretudo nas economias que contam amplos mercados internos.

Essas empresas devem ser caracterizadas como firmas nacionais com operações internacionais ou empresas nacionais orientadas para o mercado internacional. Pois as empresas não se desligam dos países onde têm origem. Pelo contrário, tais empresas são uma questão de política internacional para seus Estados, uma vez que elas precisam de seu

Estado nacional como abrigo político e salvaguarda jurídico de suas atividades nos mercados internacionais e domésticos. As supostas empresas multinacionais se valem da ideologia da globalização para criar um ambiente favorável à retirada de barreiras contra sua ação nos mercados internacionais e fazem questão de difundir seu caráter supostamente multinacional com a finalidade de barganhar com governos. (GORENDER, 1997).

Dados levantados por Hirst e Thompson (2002) apontam que a base doméstica permanece sendo o centro de atividades das empresas “multinacionais” nos países centrais do capitalismo. De 70 a 75% do valor adicionado são produzidos nos mercados de origem das empresas. Em relação às atividades de tecnológicas e de pesquisa e desenvolvimento, os autores estimam que entre 10 e 30% dessas atividades acontecem em subsidiárias estrangeiras. Isto é, a maioria das atividades que geram maior valor agregado é feita na base doméstica. Ademais, a concentração de atividades de tecnologia e de pesquisa e desenvolvimento não é só de base doméstica, como também é circunscrita às grandes economias do mundo, como por exemplo Estados Unidos, Japão e Alemanha¹⁰, que realizam menos de 15% de suas atividades fora de seus territórios.

As empresas transnacionais não estão apenas localizadas nas maiores economias, mas sim se beneficiam dessa localização. Em setores-chave de exportação, as empresas se beneficiam do auxílio do governo, dos padrões dos órgãos públicos e de proteção da legislação comercial. A maioria dos diretores das empresas continua sendo nacional e compartilha da educação e da cultura empresarial nacional. As empresas, se não tivessem raízes nacionais, seriam vulneráveis às flutuações do mercado e não desfrutariam de todas as salvaguardas governamentais em períodos de recessão (HIRST e THOMPSON, 2002)

Outros mitos da globalização, segundo Batista Jr. (1998) pode ser resumidos em: (1) a globalização, um processo irreversível que conduziu as economias nacionais a um patamar de integração sem precedentes, inaugura uma nova etapa da história econômica mundial. (2) As últimas décadas assistiram à criação de um sistema econômico fortemente

¹⁰ Os dados de Hirst e Thompson (2002) apontam que a economia mundial permanece dominada pelos 3 maiores blocos de riqueza: América do Norte, Japão e Europa ocidental. Estes, junto com os países de OCDE, províncias costeiras da China e as elites de países recentemente industrializados, concentram o crescimento industrial, o comércio de bens e serviço, fluxos financeiros e investimentos diretos externos; e não chegam a exportar 15% do seu PIB.

integrado, de caráter supranacional, que está direcionado a unificar os mercados nacionais, diluir a importância destes e destruir as fronteiras nacionais. (3) Criou-se um mercado “global” de capitais cuja força tende a extinguir a autonomia das políticas e os bancos centrais nacionais. E (4) o predomínio das políticas neoliberais na economia “global” forçam os Estados nacionais a entrar em processo de declínio e de redução de presença na economia.

Contudo, segundo o próprio Batista Jr. (1998), (1) globalização é um processo que remonta à expansão do capitalismo europeu desde fim do século XV. A internacionalização da economia nas últimas décadas tem precedente no grau de integração nacional das décadas anteriores às guerras mundiais do século XX. Esta, em alguns aspectos, é até superior a economia “global” dos últimos anos. A ilusão do fato inédito se deve a comparação com a restrita integração das economias nacionais no pós-guerra, ocasionada pelas guerras mundiais, pela depressão de 1929 e pelo sistema de protecionismo. (2) O recente processo de internacionalização não tem alcance nem caráter global; está longe de destruir fronteiras e ameaçar a existência do Estado nacional. Como já exposto, progressos e inovações tecnológicas contribuíram para integração de economias nacionais. Mas os mercados internos ainda preponderam na absorção da produção, no financiamento de investimentos e na geração de empregos, sem falar nas políticas restritivas a imigração. Ademais, nem na distribuição geográfica vemos a imagem de uma economia global, dado que comércio e fluxo de capital são concentrados nos países das maiores economias. (3) Apesar da elevada ampliação das operações financeiras internacionais, as aplicações domésticas são predominantes. O comportamento dos investidores dos países centrais revela a preferência pelos mercados domésticos. Afora, a recente tendência em direção a flutuação cambial administrada, não só nos países centrais, é o tipo de regime que concilia a autonomia dos bancos centrais e as operações financeiras internacionais. Longe de serem atores secundários, os bancos centrais, por meio de intervenções isoladas ou coordenadas, exercem influência no mercado de câmbio. E (4) O neoliberalismo não chegou a mudar a dimensão do Estado nos países centrais, nem o peso do governo na receita pública e no produto interno bruto. Segundo Atilio Boron (2003), nos capitalismo metropolitanos é notável o aumento do Estado, medida a proporção de gasto público em relação ao PIB.

Apesar das reformas neoliberais iniciadas a partir das metas de austeridade fiscal e redução do gasto público, o gasto do Estado superou 40% do PIB na década de 1990 e continua crescendo. Porém, a história é outra nos países periféricos: seus Estados foram debilitados e suas economias foram abertas ao fluxo de empresas transnacionais às políticas de países centrais.

Em suma, é preciso tomar distância das noções falsas ou exageradas que correm o mundo à procura de consumidores incautos. “Globalização é um mito que exagera o peso e o alcance das forças econômicas de âmbito internacional. Os Estados nacionais, sobretudo nos países mais bem-sucedidos, não estão indefesos diante dos processos econômicos “globais” incontroláveis ou irreversíveis. Ao contrário do que sugere o fatalismo associado à ideologia da “globalização”, o desempenho das economias e o raio de manobra dos governos continuam a depender crucialmente de escolhas nacionais.

Sem exageros, o que podemos destacar sobre aqueles que discordam da ascensão de um mercado global é que na economia internacional houve aumento das transações internacionais, sobretudo no setor financeiro; e que atualmente o progresso técnico nas áreas de informática e telecomunicações, junto com os baixos custos do transporte, favorece a integração dos mercados nacionais e a internacionalização dos processos produtivos em diversos setores da economia. Nada além disso.

Não podemos exagerar, igualmente, uma idéia comum às teses sobre a globalização, a idéia segundo a qual a relação mercado(capital)-Estado é uma relação de arquiinimigos em constante luta, na qual o mercado já saiu vitorioso. Essa relação é complexa e permeada por contradições que não nos permite defini-la como conflituoso, ora é de cooperação, ora é de conflito, quando não são ambos ao mesmo tempo. Em linhas gerais, a afirmação que pode ser feita é que assim como o capital necessita da salvaguarda do Estado para suas atividades, sobretudo no seu processo de internacionalização, o Estado precisa dos rendimentos advindos do capital; e assim como o Estado impõe restrições ao capital para reproduzir sua legitimidade como Estado representante da vontade geral da sociedade, o capital tende a quebrar tais restrições em busca de maiores taxas de lucro.

Assim sendo, o que podemos chamar de globalização, de acordo com Gonçalves (1998), é a ocorrência simultânea de três conjuntos de fatores. O primeiro conjunto são os desenvolvimentos tecnológicos associados à revolução da informática e das telecomunicações. A conseqüência desse desenvolvimento é a extraordinária redução dos custos operacionais e dos custos de transação em escala global. Dessa forma, tornaram-se mais baratas operações financeiras e produtivas, ao mesmo tempo em que foram reduzidos os custos de coleta de informações, de controle de operações produtivas e de monitoramento dos mercados de capitais espalhados pelo mundo.

O segundo conjunto se refere a fatores de ordem política e institucional. Referem-se à ascensão das idéias neoliberais no último quartel do século XX, marcada pelos governos de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. “O resultado de tal ascensão foi uma onda de desregulamentação em escala global” (GONÇALVES, 1988). Ainda que na esfera financeiro a liberalização do movimento internacional de capitais se tenha iniciado em alguns países centrais antes da ascensão das idéias neoliberais, como resultado da pressão do capital por maior liberdade em relação ao sistema de Bretton Woods, a onda de desregulamentação alavancou o processo de livre movimentação de capitais.

No que se refere à ordem institucional, a criação do mercado de euromonedas em meados do século XX foi fundamental para a atual configuração do sistema financeiro. A instabilidade gerada pela ruptura do sistema de Bretton Woods e pelas políticas monetárias e cambiais nos países centrais provocou um processo de adaptação e inovação institucional no sistema financeiro internacional, como o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros de proteção a riscos e incertezas. Houve também mudanças nas estratégias das empresas e investidores institucionais que operam em escala global. Os fundos mútuos, as companhias de seguros e os fundos de pensão dos países centrais, que ao longo da década de 1980 se defrontaram com instabilidade nas taxas de juros e de câmbio e com o próprio limite de expansão do mercado de capitais em seus países, mudaram sua orientação no sentido de uma maior dispersão geográfica. Não se trata somente de investimentos dentro do grupo dos países centrais, mas igualmente da penetração em mercado de capitais em países periféricos.

O terceiro conjunto é sistêmico e estrutural. Trata-se de conceber a globalização como movimento de acumulação em escala global caracterizada pela dificuldade de expansão da esfera produtiva das economias capitalistas nacionais. Esse ponto se refere ao pequeno potencial de crescimento dos mercados domésticos dos países centrais, ou seja, refere-se ao problema da realização do capital. O resultado disso é o deslocamento de recursos da esfera produtiva para a financeira e conseqüentemente o crescimento dos mercados de capitais domésticos e internacionais.

Por mais que esses fatores se manifestam no cenário internacional, sua origem está no âmbito nacional. Ao contrário do que as teses do capítulo precedente sugerem, segundo Batista Jr. (1998) os mercados nacionais continuam preponderantes: larga parcela da produção de bens e serviços é absorvida pela demanda interna, assim como responde pela maioria dos empregos gerados no país. Tanto em países periféricos quanto em países centrais, em sua maioria, a poupança externa financia parte relativamente pequena da formação de capital fixo. Além disso, os mercados nacionais permanecem protegidos por políticas restritivas à imigração e criam outros obstáculos à entrada de trabalhadores estrangeiros. As empresas não se desvinculam dos seus países de origem, mesmo as que operam intensamente no terreno internacional, e em geral têm seu centro de comando identificável no âmbito nacional; não são multinacionais, como observa Ohmae, mas sim empresas nacionais com forte atuação no exterior.

Há uma tendência bastante generalizada a exagerar o alcance dos fatos que servem de base teórica para a globalização (o próprio termo globalização já é controverso). O processo de internacionalização das últimas décadas não é tão novo e abrangente quanto as teses do capítulo 1 sugerem, nem é irreversível e inexorável como lhe é atribuído por Hardt e Negri. Um exame da história da economia mundial, como fizeram Paul Hirst e Grahame Thompson (2002), revela as distorcidas alegações sobre o processo de globalização, principalmente se estabelecem uma vinculação mecânica entre o avanço tecnológico da computação, informação e mobilidade das finanças e a suposta tendência o enfraquecimento do Estado nacional.

Segundo Hirst e Thompson (2002), considerando o índice de abertura – exportação sobre o PIB –, a maioria das economias centrais chegou ao índice de abertura do período anterior a 1914 na década de 1990. Apesar do crescimento dos investimentos diretos e indiretos desde a década de 1970, nos anos de 1990 ainda não tinha sido atingido o nível de exportação de capital do ano de 1913.

De acordo ainda com os autores, é fato que os métodos de comunicação e transporte ampliaram a complexidade e o volume de transações internacionais, porém a globalização é uma falsa novidade. Deve-se levar em consideração que a economia internacional dispõe há mais de 100 anos de meios de transporte e comunicação capazes de tornar o sistema internacional. Se a globalização significa mercados abertos interconectados trocando bens, serviços, capitais e informações, isso começou em 1870, não em 1970. O grau de integração da economia internacional atualmente é em alguns aspectos menor do que o grau no período anterior à Primeira Guerra Mundial. O estudo de Hirst e Thompson sugere que a mobilidade internacional do capital desde a década de 1970 é menor do que se observa antes de 1914. No início do século XX os fluxos internacionais de capital na forma de investimento direto correspondiam a uma parcela maior da poupança mundial do que nas últimas décadas. Os movimentos desse capital entre países, medidos pelo saldo de balanço de pagamentos em conta corrente, eram maiores que hoje. Naquela época, assim como hoje, os fluxos financeiros cresciam mais do que a produção e o comércio; restrições aos fluxos de capitais eram raras e a estabilidade cambial, devido ao padrão-ouro, entre as economias centrais propiciava a integração de mercados financeiros.

Além de não ser um processo novo, a globalização não possui a abrangência que muitos lhe conferem. Sendo assim, é útil aqui apresentar a distinção conceitual de Hirst e Thompson (2002) entre economia global e economia internacional. A economia global é marcada pelo alto grau de integração dos mercados e pelo predomínio das atividades multinacionais, na qual a influência das grandes empresas ditas multinacionais, desvinculadas de bases nacionais, teria chegado ao ponto de pelo menos começar a reduzir o poder de intervenção dos Estados-nação. Já a economia internacional se distingue pelos processos de intercâmbio entre economias nacionais distintas. Apesar das trocas internacionais serem intensas, predominam as atividades econômicas nacionais. As

empresas não perdem sua vinculação nacional e os governos continuam desempenhando atividades econômicas fundamentais. Logo, para os autores, vivemos numa economia internacional, na qual o desempenho macroeconômico dos países decorre de processos que ocorrem em âmbito nacional.

A ideologia da globalização é particularmente enganosa quando associada ao declínio do Estado-nação no que se refere a suas possibilidades de intervenção social e econômica. Em verdade, essa ideologia é a do neoliberalismo, que representa uma reação ao predomínio do keynesianismo que se seguiu após a primeira guerra mundial e está enraizada na crise e desintegração do sistema soviético: o esgotamento do planejamento central reforçou seu antípoda. Na origem, a ideologia da globalização é um desdobramento do neoliberalismo, o qual é impregnado de estadofobia. É um pensamento que reserva ao Estado um campo limitado de funções.

Em muitos países, inclusive centrais, a globalização é invocada pra facilitar a aplicação de políticas que beneficiam os setores mais ligados ao exterior, em detrimento muitas vezes da maior parte da população. A globalização é invocada para a aplicação de políticas neoliberais de desregulamentação financeira e abertura comercial, facilitando a entrada e saída de capitais sem regulação estatal. Isto é, a globalização funciona como álibi para posições tradicionais de burguesias locais ligadas ao mercado externo.

É verdade que em alguns países periféricos o Estado entrou em uma fase de desmantelamento. A margem de manobra dos Estados periféricos sofreu estreitamento nas décadas recentes. Os mais extremados diriam que esses Estados nacionais estariam indefesos diante de processos globais incontroláveis ou irreversíveis e teriam entrado numa fase de declínio. Mas não é essa a regra para países centrais e para a maioria dos periféricos. É certo que houve desregulamentação dos mercados, remoção de barreiras do comércio internacional, acordos multilaterais e regionais sobre liberalização do comércio, eliminação de controle sobre fluxos de capitais e privatizações. Todavia, a participação do Estado na economia continua a aumentar no período mais recente, a despeito do predomínio do pensamento neoliberal. Mesmo no setor financeiro, que mais avançou no

processo de internacionalização, o Estado permanece atuando no campo regulatório e como garantidor de última instância em momentos de crise financeira.

Como disse John Kenneth Galbraith em entrevista ao jornal italiano *Corriere della Sera*: “*la globalización no es un concepto serio. Nosotros, los norteamericanos, lo inventamos para ocultar nuestra política de penetración económica en el exterior*”. (GALBRAITH, 1992 apud BORON, 2003, p. 138). Entretanto, a relação do neoliberalismo com o declínio do Estado-nação é mais bem esclarecida no capítulo 4.

2.2A vigência do imperialismo

O tema da globalização esteve, e de certa forma ainda está, tão em voga nos últimos anos que outra caracterização da economia mundial foi um tanto quanto esquecida, o imperialismo. Em verdade, mais do que uma caracterização da economia mundial, o imperialismo é componente estrutural dessa economia capitalista. Em outras palavras, não se pode falar em relações internacionais, globalização e declínio do Estado-nação sem falar no imperialismo.

As for globalization itself, this too has served to obscure the central concepts and analytic claims of the imperialism literature. This displacement reflects at once a political and theoretical conjuncture, but, arguably, one that has impoverished contemporary debate, just as it debilitates attempts to confront, resist and, potentially, turn to emancipatory advantage contemporary globalization (HALLIDAY, 2002, p. 78).

De acordo com Halliday (2002), o imperialismo teve na melhor das hipóteses uma meia-vida no estudo das relações internacionais. O tema sempre foi relacionado a análises históricas da expansão européia, estadunidense ou japonesa e quase nunca às relações internacionais. Estas reconheceram a importância das estruturas de poder e de desigualdade, mas as tratam como conceitos separados das análises sobre o mercado

mundial e sobre a organização global da produção. Contudo, o imperialismo é tão vital para as relações internacionais atuais quanto foi para as explicações de Lenin sobre a fase superior do capitalismo. O imperialismo é parte constitutiva da expansão capitalista, derivada primeiramente de fatores econômicos e reforçada por formas políticas, jurídicas e culturais¹¹.

O conceito de globalização, como estado natural da economia mundial quando as forças de mercado finalmente se liberam de seus entraves, torna-se inconsistente à medida que seu desenvolvimento confirma seu próprio caráter oligárquico: os crescentes índices econômicos dos países periféricos não impediram o aumento da desigualdade da renda mundial; a participação de países periféricos nas transações econômicas mundiais ocorreu por meio da reprodução das relações capitalistas nesses países, as quais mantiveram ou aumentaram a lacuna social entre suas burguesias e a massa da população; a incorporação das ex-repúblicas soviéticas e de países do leste europeu à economia capitalista foi acompanhada de massiva queda nos padrões de vida da população; e os fluxos de capital apenas confirmaram a vulnerabilidade dos Estados dos países periféricos. Esses eventos confirmam a histórica hierarquia mundial do capitalismo e do imperialismo, separando os países em centrais – aqueles que estão no núcleo do comando da economia mundial – e periféricos – aqueles que estão ao redor ou à margem do núcleo. Dessa hierarquia decorrem mecanismos e instituições de gestão da economia mundial – FMI, OMC, Banco Mundial, G7 –, que representam os interesses do núcleo hegemônico, propagando o livre mercado, mesmo que seu objetivo seja geri-lo, para penetrar nas economias nacionais. Decorre igualmente um processo de dominação cultural calcado na difusão de informações sob controle de um oligopólio das comunicações e na difusão de um estilo de vida associado ao poder dominante dos Estados Unidos, os quais servem para a manutenção desse sistema hegemônico (HALLIDAY, 2002). Dessa forma, podemos afirmar que as teses sobre a globalização mascaram as relações imperialistas entre os Estados nacionais.

¹¹ Halliday (2002) não é apenas um crítico da falta de espaço do imperialismo nas relações internacionais, mas também da ausência do capitalismo. “*The study of globalization, and indeed of contemporary world politics, is, first and foremost, the study of contemporary capitalism. Indeed, paraphrasing Horkheimer, one may say: those who do not want to talk about capitalism should not talk about international relations, or globalization*” (HALLIDAY, 2002, p. 77).

A estrutura imperialista da economia mundial, que tem como objeto a existência de formações sociais¹² distintas, dominantes (centrais) e dominadas (periféricas), é a manifestação do capitalismo em suas relações internacionais. De acordo com Poulantzas (1978), o capitalismo possui duas tendências que se manifestam concomitantemente: sua reprodução em uma formação social onde se radica e se torna dominante em relação a outros modos de produção e sua tendência para o exterior dessa formação. O modo de produção capitalista só poder existir ampliando suas relações de produção. Essa dupla tendência assume particular importância no imperialismo, isto é, no momento histórico em que o capitalismo deixa de estar circunscrito numa formação social. Esse momento é caracterizado pela tendência decrescente da taxa de lucros e pela preeminência de exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias, sendo tal preeminência a tendência essencial e determinante no imperialismo. O imperialismo corresponde ao capitalismo monopolista e está marcado tanto nas formações sociais quanto na corrente imperialista pelo deslocamento da dominância do econômico para o político (Estado).

A corrente imperialista tem como característica o desenvolvimento desigual; cada um de seus elos detém uma especificidade dependente dos modos e formas de produção que se revestem a formação social. O capitalismo só pode existir submetendo outros modos e formas de produção e apropriando-se de seus elementos, como força de trabalho e meios de produção. A articulação na reprodução do capitalismo com os modos e formas de produção em formações sociais forma o desenvolvimento desigual, separando de um lado as metrópoles imperialistas (dominantes) e do outro as formações sociais dominadas e dependentes – o que não quer dizer que as relações entre metrópoles imperialistas, por exemplo, Estados Unidos e países da Europa, tenha caráter de cooperação.

Uma formação social é dominada e dependente quando a articulação entre suas instâncias econômica, política e ideológica revela relações constitutivas e assimétricas com uma ou mais formações sociais, que ocupam em relação àquela uma situação de poder. Na formação social dominada e dependente a organização das relações de classe e dos

¹² De acordo com Nicos Poulantzas, formações sociais “são os lugares efetivos de existência e de reprodução dos modos e formas de produção”, “comportam vários modos de produção, em uma articulação específica” e “estes modos de produção só existem e se reproduzem em formações sociais historicamente determinadas”. Países como a França, os Estados Unidos, o Brasil são exemplos de formações sociais (POULANTZAS, 1978, p. 23-24).

aparelhos de Estado reproduz em si a estrutura de dominação e incorpora as formas de dominação do imperialismo, isto é, das classes dominantes das formações dominantes. Essa dominação significa formas de exploração tanto indiretas (baixos salários), de acordo com o lugar da formação dominada na corrente imperialista, quanto diretas das massas populares, pelos investimentos diretos, pelas classes dominantes nas formações dominantes. A relação de dominação das metrópoles sobre as formações dominadas não se dá do exterior para o interior, mas estabelece uma dominação direta no próprio interior da formação, dado que o modo de produção das metrópoles se reproduz nesse interior por meio de reprodução induzida capitalismo no seio dessas formações, atingindo os seus aparelhos de Estado e suas relações ideológicas. Essa reprodução induzida e interiorizada assume formas diferentes de realização de acordo com a situação histórica (POULANTZAS, 1978).

Com efeito, o imperialismo acarreta a divisão internacional do trabalho (socialização da forças produtivas) correspondente à concentração do capital (relações de produção), imprimindo novas formas aos processos de trabalho às forças produtivas. O imperialismo constitui sob única propriedade econômica desde unidades de produção complexas até processos de trabalho articulados e integrados, cujos estabelecimentos estão espalhados por diversos países (integração dos processos de trabalho no interior de uma empresa em escala internacional), o que implica em um afastamento entre propriedade econômica e posse e, conseqüentemente, em uma pluralidade de agentes de poder. Essa socialização do trabalho em escala mundial não advém principalmente de uma revolução tecnológica, mas sim de modificações nas relações de produção, isto é, da internacionalização do capital, cujas empresas são o efeito. A internacionalização do capital se dá através do desenvolvimento das bases de exploração de um ou vários capitais nas diversas nações e através da reunião, sob propriedade única, de capitais provenientes de diferentes países. A reprodução desse capital no interior ou no exterior de uma formação social, não necessariamente dominada, é uma relação de força, pois as contradições e a concorrência continuam entre os componentes de um capital concentrado; raramente se trata de uma fusão, somente de acordos diversos.

A internacionalização do capital é acompanhada pela acumulação do capital em escala mundial, dada a tendência decrescente da taxa de lucro. As bases de acumulação e

exploração se concentram nas metrópoles, onde ocorre alta taxa de exploração, resultante da produtividade do trabalho, compreendendo o grau de desenvolvimento das forças produtivas. Nas metrópoles, o capital estrangeiro (imperialista) encontra condições de valorização tirando todas as vantagens da exploração direta do trabalho – isso não que dizer que não há necessidade de extensão de mercados para exportação de mercadorias. A exportação do capital tende essencialmente a contrariar a tendência decrescente da taxa de lucro para atingir altas taxas de exploração, na forma de reprodução induzida e interiorizada.

Assim sendo, podemos entender que a socialização internacional do processo de trabalho a internacionalização do capital conotam a divisão social imperialista do trabalho. Essa divisão não passa somente pela tradicional demarcação cidade-indústria-metrópole/campo-agricultura-formações dominadas; essa divisão se refere à presença dos capitais (produtivo e mercadorias) de uma formação social no interior de outra, explorando as massas populares ou de maneira indireta, com o comércio de exportação e a manutenção dos baixos salários, ou forma direta, pelo capital estrangeiro diretamente investido. Certamente, o imperialismo não se refere somente às relações de produção e às relações políticas, mas também às relações ideológicas, na medida em que a ideologia da classe dominante da metrópole se encarna em uma série de práticas, modos de vida, hábitos, etc., nas formações sociais, análogos ao domínio econômico.

Nesse contexto do imperialismo, o Estado-nação cumpre papel fundamental, uma vez que a socialização internacional do trabalho e a internacionalização do capital, o imperialismo em geral, são operacionalizadas pelas burguesias dos diferentes países, as quais mediante o Estado põem em prática suas políticas. Dessa forma, o Estado-nação é o espaço em que se dá a reprodução capitalismo.

Nesse cenário imperialista onde os diversos capitais se entrecruzam não ocorre de forma alguma uma integração pacífica, muito menos ocorre o controle de uma burguesia de um determinado país sobre outras burguesias, como se uma burguesia dirigisse todo o processo de internacionalização do capital. É nessa interconexão contraditória que os Estados nacionais intervêm e direcionam os capitais para o interior de sua formação social. Esse sistema de interconexões não tende para a constituição de formas ou instâncias supranacionais e supra-estatais efetivas, mas é fundado sobre a reprodução induzida da

forma do poder imperialista dominante em cada formação nacional e seu próprio Estado (POULANTZAS, 1978).

Os Estados nacionais se encarregam dos interesses do capital imperialista (de forma direta: subvenções públicas, dispensas fiscais, etc.; ou de forma indireta: a política industrial que diz respeito ao seu capital autóctone, no sentido de concentração e expansão internacional desse capital) e ao desempenharem essa função intervêm na organização da hegemonia no interior de sua formação social já atravessada pelas contradições imperialistas e pelas contradições entre as frações da classe dominante que já estão internacionalizadas.

Os Estados nacionais se incumbem não somente dos interesses de sua burguesia da sua formação social, mas igualmente dos interesses do capital imperialista para a articulação do processo de internacionalização. Os capitais imperialistas não se fazem presentes como forças sociais em cada formação social: por exemplo, a burguesia estadunidense e suas frações e a burguesia alemã e suas frações não estão diretamente presentes no Brasil, e vice-versa; sua presença no Brasil é assegurada por determinadas frações da burguesia brasileira e pela reprodução interiorizada do capital imperialista da formação social brasileira. O Estado nacional é responsável pelo processo de internacionalização do capital.

Uma vez esclarecida a estrutura imperialista mundial, é pertinente acrescentarmos a ela a forma predominante de funcionamento do imperialismo atual, a acumulação por espoliação. De acordo com Harvey (2004), a onda de financierização – domínio do capital financeiro na maioria dos setores da economia – que se estabeleceu a partir da década de 1970 é a base desse tipo de acumulação. Calcada na destruição em massa de capital e de valor por meio da especulação financeira e nos avanços de mercantilização e privatização de bens públicos, a acumulação por espoliação se traduz em

Valorização fraudulenta de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada de fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e a sua dizimação por colapsos de ações e corporações)

decorrente de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (...) Mas temos que examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes (HARVEY, 2004, p. 123).

Surgiram, igualmente, mecanismos novos de acumulação por espoliação. A propriedade intelectual é um deles, pois desenvolve métodos de patentear e licenciar produtos, como material genético e plasma de sementes, para serem usados contra populações que desenvolveram tais produtos. A privatização de recursos naturais, como terra, água e ar, representa a mercadificação da natureza em todas as suas formas. A biopirataria aponta para a concentração de recursos genéticos nas mãos de poucas grandes empresas farmacêuticas. As transformações em mercadoria de formas artísticas e culturais, como a música, envolvem espoliação em larga escala. A privatização de bens até então públicos, como universidades, indicam a onda de expropriação de espaços de uso comum a todos. Sem falar nas privatizações de habitação social, telecomunicações e transporte, que tem aberto largos campos a serem apropriados pelo capital. Nesses processos, o poder do Estado é freqüentemente usado para impô-los, mesmo contra vontade popular. Prova disso é a degradação de estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho – direito a aposentadoria, a seguridade social, a um sistema nacional de saúde –, conseguidos graças a duros anos de luta de classes, em benefício da espoliação implantada pela ortodoxia neoliberal. O que a acumulação por espoliação faz é liberar ativos, a baixos custos, que até então não estiveram à disposição do capital para que este possa se apossar desses ativos e lhes dar uso lucrativo. Tudo isso sob a tutela do Estado, cujas intervenções permitem que a acumulação por espoliação ocorra sem que haja um colapso geral do sistema (HARVEY, 2004).

Assim sendo, o imperialismo de hoje não é exatamente o mesmo de quarenta anos atrás. Ele foi modificado em aspectos importantes, como a mobilidade do capital. Porém, ele não se transformou no seu contrário, dando lugar a uma economia global, como propõe a mistificação da globalização. A despeito de transformações, ele segue desempenhando sua função histórica na lógica da acumulação mundial de capital, conservando sua

estrutura. Estrutura esta que é marcada pelas assimetrias políticas e econômicas entre países dominantes e dominados.

Capítulo 3: Estado capitalista e sistema de Estados

3.1 O Estado-nação como Estado capitalista.

De acordo com as teses sobre o imperialismo do capítulo anterior, vemos a centralidade do Estado na economia mundial, na internacionalização do capital e no sistema imperialista. Ao contrário das teses do capítulo 1, as quais apontam para a extinção do Estado em benefício das leis de um mercado global, para a formação de organismos supranacionais de autoridade e para a constituição de um conjunto de instituições soberanas (sendo estas duas últimas formas de adaptação dos Estados devido ao conflito com o mercado), os Estados nacionais permanecem como unidades soberanas de um sistema interconectado de Estados.

Com maior ou menor intensidade, as teses sobre o declínio do Estado-nação são tributárias da tese do fim da história de Francis Fukuyama. Segundo esta, o fim do mundo bipolar teria tornado o espaço político e econômico mais homogêneo e menos conflituoso, afirmando que a democracia liberal e a economia de mercado seriam as derradeiras conquistas da humanidade. Não haveria mais discussão em torno de alternativas para a ordem mundial, dado o caráter harmônico, cooperativo e pacífico desta. Seria um fenômeno natural da evolução da humanidade, baseado nos mercados globalizados, cujos Estados estariam paulatinamente em retirada (BORON, 2003).

Entretanto, faz-se necessária uma investigação acerca da natureza do Estado moderno, para uma contestação mais sólida das teses do declínio do Estado-nação, de modo a esclarecer que o Estado-nação é antes de tudo um Estado capitalista. O Estado capitalista nos serve aqui de apoio conceitual para podermos desenvolver a crítica ao declínio do Estado-nação, pois ao entender o tipo de Estado de que estamos tratando, torna-se mais fácil a compreensão da crítica desse texto. Desenvolveremos o conceito de Estado capitalista, portanto, o qual embasa o conceito de Estado-nação na nossa análise.

Segundo Poulantzas (1977) o Estado moderno tem o papel de fator de coesão na sociedade dividida em classes e de reproduzidor das relações de produção capitalistas. Tal papel se deve à sua função repressiva, bem como à ação dos valores jurídicos capitalistas (direito burguês) e os valores burocráticos capitalistas (burocratismo), ligados a esse direito. Assim, ocorre um duplo efeito ideológico através da ação desses valores: o efeito de individualização – ou efeito de isolamento – e o efeito de unidade. Tanto o direito burguês quanto o burocratismo contribuem para a reprodução regular das relações de produção capitalistas.

Na produção capitalista a separação do produtor direto de seus meios de produção não acarreta a individualização e o isolamento por si, mas sim uma socialização das forças produtivas e uma concentração do capital. O isolamento dos trabalhadores entre si – para evitar a coesão das classes – não resulta da própria produção capitalista, todavia é resultado da superestrutura jurídico-política do Estado capitalista. O Estado, portanto, cumpre um papel ativo por meio do direito, pois dentro do processo produtivo ele individualiza e personaliza os trabalhadores, evitando a luta de classes.

O direito capitalista atribui a todos os agentes da produção, independente do lugar que ocupam no processo de produção, a condição de sujeitos individuais de direitos, fixando-os todos como indivíduos livres e iguais, capazes de praticar legitimamente atos de vontade. Os valores jurídicos capitalistas se conjugam, neste sentido, com base econômica capitalista, na qual os trabalhadores estão separados dos meios de produção e isolados uns dos outros em função da divisão do trabalho. A ação desses valores jurídicos suscita a prática econômica da venda livre da força de trabalho, através do contrato individual de trabalho e desorganiza politicamente as classes dominadas enquanto organiza, politicamente, a classe dominante, graças a esse efeito de isolamento que incide sobre as relações econômicas.

Então, o processo de produção capitalista, na sociedade civil, determina as classes sociais, porém o Estado redefine os trabalhadores (e também a burguesia), enquanto sujeitos individuais. Assim sendo, a inexistência de classes coesas, sobretudo a classe operária, não decorre da separação dos trabalhadores dos meios de produção e de produto de seu trabalho, mas sim de um aparelho político-jurídico que os individualiza.

Já a ação do burocratismo produz o efeito de representação da unidade. Mediante seleção meritocrática dos seus funcionários, a relação do Estado capitalista é estabelecida com as classes dominadas. Esse tipo particular de Estado se apresenta, pois, como representante da unidade do povo-nação, composto de pessoas políticas-indivíduos privados. Essa função é desempenhada por meio da ocultação, aos olhos das classes dominadas, do seu caráter de classe e por meio da exclusão específica dessas classes das suas instituições. Os sujeitos políticos-indivíduos privados, isolados pelo efeito de isolamento, passam a ser unificados na universalidade política do Estado-nação. A reconstrução da unidade que garante a coesão das relações sociais se dá em um plano ilusório, sendo somente possível, primeiramente, através da ação do aparato burocrático moderno, no interior do próprio aparelho de Estado. Esse aparato não se apresenta diretamente como aparato de predomínio de classe, mas como a unidade, o princípio de incorporação e organização do interesse geral da sociedade – a ocultação permanente do saber no seu interior é possível através da aplicação das regras hierárquicas e formais, em consequência do aparecimento da ideologia jurídico-política burguesa. Em segundo lugar, o efeito de unidade do povo-nação aparece no funcionamento da cena política, lugar da representação política desse Estado considerado como Estado representativo moderno: apresentação do parlamento enquanto representante da vontade popular, dos partidos enquanto representantes da opinião pública, etc.

Poulantzas (1975) ressalta que, mesmo que os membros do aparelho do Estado de tipo capitalista pertençam a classes diversas, eles operaram de acordo com uma unidade interna específica, constituindo essa categoria social específica: a burocracia, servidora da classe dominante. A relação entre a burguesia e o Estado é, pois, uma relação objetiva: a participação dos membros da classe dominante no aparelho de Estado é efeito e não causa. Em outras palavras, Poulantzas (1977) aborda o tema de como a burguesia consegue dominar o Estado: se o Estado tende a isolar as pessoas como indivíduos e reunificá-los como povo-nação, como conseguem a burguesia em constante concorrência – que também sofrem os efeitos de isolamento e unidade – usar o Estado para seus próprios fins, principalmente contra classe operária? Poulantzas (1977) esclarece que há uma diferença entre a luta política de classe a luta econômica de classe: cada uma se dá em sua instância e a luta política é relativamente autônoma (e precisa sê-lo para esconder dos agentes de

produção as relações de classe da luta econômica) e vice-versa. Contudo, na luta política de classes, a partir do isolamento da luta econômica, os capitalistas isolados tendem a construir uma unidade de classe que serve à reprodução das relações econômicas das classes. A partir da determinação econômica de classes, as relações políticas e ideológicas impõem a burguesia a materializá-las no Estado, o que significa também a consagração e a legitimação da dominação/subordinação política e ideológica. Significa, igualmente, a constituição da burguesia como classe e como força social. Em suma, o Estado permite a unidade da burguesia individualizada e essa classe (economicamente) dominante pode, através de uma completa operação político-ideológica própria, construir seus interesses políticos como representativos do povo-nação.

O papel político da ideologia dominante burguesa, dominada pela região jurídico-política, consiste no fato de tentar impor, ao conjunto da sociedade, um “modo de vida” através do qual o Estado será vivido como representante do “interesse geral” da sociedade, como detentor das chaves do universal, face a “indivíduos privados”. Estes, criação da ideologia dominante, são apresentados como unificados através de uma “igual” e “livre” participação na comunidade “nacional” sob a égide das classes dominantes, que são consideradas como encarnando a “vontade popular” (POULANTZAS, 1977, p. 209).

Essa construção político-ideológica se destina a agrupar os membros de diferentes classes sociais como indivíduos destituídos de sua identidade de classe e que permite a burguesia dominar o todo social, sendo, na instância do político, o Estado, a materialização dessa dominação. Isso significa que o Estado, como necessidade de uma sociedade dividida em classes, calha com a ideologia burguesa de se colocar como universal perante toda sociedade e perpetuar seus interesses de dominação/subordinação política e ideológica e exploração econômica.

Poulantzas (1977) afirma que a relação entre as frações da classe dominante e o Estado capitalista as impele em direção a sua unidade política sob a proteção de uma fração hegemônica. Esta polariza os interesses contraditórios específicos das várias frações, formando o bloco no poder, transformando os interesses econômicos em interesses políticos e representando o interesse geral comum das frações do bloco no poder; esse interesse geral

consiste sobretudo na exploração econômica e dominação política. Desse modo, a burguesia conquista o Estado e age por intermédio dele para garantir seus interesses .

É através do bloco no poder que essas diferentes frações são unificadas para governar; sua função é traduzir a ideologia dominante em ação concreta. Por meio do bloco do poder a ideologia se transforma em uma série de práticas materiais, costumes, valores, as quais atuam como elemento que causa a ligação das relações políticas, econômicas e ideológicas. A ideologia dominante se incorpora nos aparelhos do Estado, os quais elaboram e reproduzem essa ideologia. Esse processo é essencial para a reprodução da divisão social do trabalho, da divisão de classes e da dominação da sociedade por uma classe determinada.

O conceito de bloco no poder indica que no tipo capitalista de Estado ocorre uma relação específica entre as frações de classe, a cujos interesses políticos o Estado responde. No capitalismo a relação entre um jogo institucional inscrito na estrutura do Estado, de um lado – que funciona como uma unidade especificamente política do poder de Estado –, e uma configuração particular das relações entre a classe dominante, de outro, funciona numa integração, pois o Estado capitalista por meio de seu arranjo institucional interno torna possível, na sua relação com a luta política de classe, a constituição do bloco no poder. O Estado é fator de unidade política do bloco no poder.

O bloco no poder é “a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes, na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p.229); é a expressão política das diferentes frações da classe dominante. Isso significa que o bloco no poder não é monolítico e sem fissuras: ele se constitui de fracionamentos sobre os quais o conceito de hegemonia elucida seu funcionamento. Uma classe ou fração de classe no interior do bloco no poder adquire a condição de hegemônica nessa unidade contraditória de classes ou frações politicamente dominantes, tornando-se a classe ou a fração hegemônica. Não ocorre no bloco no poder uma repartição do poder do Estado; a relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes se dá “no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, 1977, p.234).

Francisco Farias (2009) acrescenta que o bloco no poder independe de um acordo político explícito, pois se configura como uma comunidade de interesses que tem sua

unidade garantida pelo aparelho de Estado; “trata-se de uma condição comum de partícipes privilegiados da ordem social, o que faz com que todos os segmentos das classes dominantes se unifiquem em torno de certos objetivos políticos gerais” (FARIAS, 2009, p. 83). O bloco no poder – e as relações entre as classes e frações da classe dominante – é igualmente um instrumento analítico para localizar e decifrar a significação real das relações partidárias na cena política, para que então possamos identificar a sua defasagem com as relações políticas de classe.

Todavia, o Estado capitalista só pode servir verdadeiramente à classe dominante até o ponto em que seja relativamente autônomo em relação às várias frações dessa classe, com vistas justamente a tornar-se capaz de organizar a hegemonia do conjunto da classe. A autonomia relativa do Estado não é a relação dos seus aparelhos com as relações de produção, mas a relação do Estado com o campo da luta de classes, em particular, a sua autonomia relativa em relação às classes ou frações do bloco no poder e, por extensão, aos seus aliados ou suportes. “Espero, por isso mesmo, marcar nitidamente a distância que separa esta concepção do Estado de uma concepção simplista e vulgarizada, que vê no Estado o utensílio ou o instrumento da classe dominante” (POULANTZAS, 1977, p. 252).

A questão da autonomia relativa do Estado significa que, embora caracterizado pela liderança da classe ou fração hegemônica, o Estado capitalista não representa diretamente os interesses econômicos da classe dominante, mas seus interesses políticos. Desse modo, esse tipo de Estado é o centro de poder político da classe dominante na medida em que é o organizador da sua luta política, funcionando com a finalidade reduzir a concorrência entre elas.

O Estado, relativamente autônomo em relação às classes dominantes – mas que as corresponde por meio do bloco no poder –, pode apresentar-se ao conjunto da sociedade não como representante de uma classe ou fração determinada, mas sim como uma unidade política de agentes privados-indivíduos atomizados, que o Estado supera, unificando esses agentes em um corpo popular-nacional: o Estado-nação. “A sua unidade política [do Estado], enquanto representante da unidade do povo-nação, não é em última análise, senão a sua unidade enquanto poder político unívoco das classes dominantes” (POULANTZAS, 1977, p.285).

Em suma, o Estado capitalista constitui o fator de unidade política do bloco no poder sob a égide da classe ou fração hegemônica, apresentando uma unidade própria conjugada com sua autonomia relativa em relação às classes politicamente dominantes; autonomia esta que está inscrita na institucionalidade desse Estado e que não autoriza a repartição do poder institucionalizado, somente a fração hegemônica detém o poder. Portanto, não se trata do Estado como utensílio de uma classe politicamente unificada, mas sim do Estado como unificador e organizador político das classes dominantes, cujo poder reside, em última análise, na sua correspondência particular com a classe ou fração hegemônica. O Estado capitalista mascara sua natureza de classe e apresenta-se como o Estado-nação.

Ademais, não é novidade o papel do Estado como fator de coesão da sociedade capitalista, isto é, de uma sociedade permeada pela luta entre duas grandes, mas não únicas, classes, a burguesia e o proletariado. Uma vez que já na esfera da produção a relação entre as classes é conflituosa, devido principalmente à exploração do trabalho, o Estado age como “mediador” do conflito, para que as classes não se destruam umas às outras. Por meio de aparatos ideológicos, jurídicos e políticos, o Estado institucionaliza a exploração e a dominação de classe, agindo sob influência dos interesses da burguesia, mas preservando certos direitos e garantias da classe trabalhadora, sem a qual não há processo de produção. Assim, o Estado mantém a integridade da sociedade capitalista, mesmo que esta seja permeada por conflitos estruturais.

Se o Estado é fator de coesão das sociedades divididas em classes, reprodutor das relações de produção capitalista, unificador da classe dominante e ainda se coloca a serviço desta, ele só poderia estar em processo de declínio se a classe dominante o fizesse. De forma alguma uma instituição tão importante para o capitalismo perderia a importância que tem para este.

Solo bajo el supuesto de que la clase capitalista está constituida por imbéciles porfundos podría entenderse que sus más prominentes e influentes integrantes estén activamente trabajando para destruir un instrumento tan útil y formidable como el estado-nacion (nos apresuramos en aclarar, para despejar posibles dudas, que el estado capitalista no es tan sólo una herramienta de la burguesia sino muchas otras cosas más, lo que no obsta para que también sea un instrumento

imprescindible en el proceso de acumulación de capital) (BORON, 2003, p. 101-102).

3.2 As transformações do Estado-nação.

Como já exposto, o conceito de Estado capitalista serve de base para o conceito de Estado-nação. Conseqüentemente, o conceito de Estado capitalista é fundamental para dar continuidade à nossa análise. É dele que partimos para entender outros conceitos que ao longo desse texto se tornam cada vez mais importantes, o bloco no poder e as classes dominantes. Igualmente a partir dele podemos compreender as transformações pelas quais passa o Estado-nação.

É fato que o Estado-nação sofreu transformações significativas nas últimas décadas. O conflito dele com o mercado – conflito contraditório em que ora o Estado serve ao mercado, ora o regula – forçou-o a adaptar-se perante novos elementos da economia mundial. Elementos que, como apontou Gonçalves (1998), não tornam a economia global, mas sim trazem aspectos que, em ocorrência simultânea, implicam em certas mudanças no Estado-nação.

Todavia, as teses de que o Estado tem perdido espaço, autonomia ou capacidade decisória são recusadas nesse texto. Podemos aceitar que as forças econômicas logram afastar ou comprimir o controle das forças políticas baseadas nos Estados nacionais, principalmente no terreno financeiro. Neste, a intensidade de mobilidade do capital cria sérios limites à capacidade dos Estados de reagir de acordo com modos convencionais. Isso faz muitos políticos e intelectuais pensarem que as pressões da “globalização” solapam a autonomia estatal. Mas o Estado permanece central na política e na economia mundiais: se ele perecer, o capitalismo é insustentável como sistema social. Pois, como vimos, o Estado capitalista é unificador da classe dominante, reproduzidor das relações de produção capitalistas e principalmente fator de coesão da sociedade dividida em classes.

As transformações sofridas pelo Estado nas últimas décadas são caracterizadas por Bob Jessop (1998) como três grandes tendências de reorganização estatal e política no conflito mercado-Estado: a desnacionalização do Estado, a desestatização do sistema político e a internacionalização dos regimes políticos. A desnacionalização do Estado é o processo de compartilhamento ou transferência de atribuições do Estado-nação para esferas supranacionais, subnacionais, translocais e nacional em novos formatos institucionais. Relaciona-se à dispersão territorial das atividades dos Estados. A falta de capacidade dos Estados para lidar com uma gama de contextos – locais, regionais, nacionais, internacionais – os conduz a desenvolver ações em diversas esferas e de uma forma intensa, o que incita novas formas de articulação regional e/ou transnacional. Essas novas formas de articulação, de intercâmbios, de integração entre Estados nessas esferas levam alguns autores a denominar esse processo de soberania compartilhada, como a terceira tese do primeiro capítulo.

A desestatização do sistema político significa a redefinição das fronteiras entre o público e o privado e a rearticulação de atribuições e organizações nessas fronteiras, em qualquer nível territorial onde o Estado opere. Isso expressa o surgimento de arranjos mais ou menos institucionalizados que misturam as fronteiras entre o público e o privado, como as parcerias público-privadas. Esse reconhecimento de arranjos diversos entre atores públicos, privados e do terceiro setor, em diferentes níveis territoriais, dá origem ao que é comumente chamado de governança. É um movimento a partir do papel central do Estado em assegurar projetos econômicos e sociais em direção a parcerias entre organizações governamentais, privadas e não governamentais, no qual o Estado é freqüentemente apenas o primeiro entre os pares

A internacionalização dos regimes políticos está associada ao crescimento da importância e do espectro de fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais para a competitividade do Estado. Tais fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais se tornaram relevantes para a tomada de decisões domésticas. Os agentes dos regimes de formulação de políticas também se expandiram, incluindo agentes e instituições estrangeiros como fatores na projeção, no equacionamento e na implementação na tomada de decisões.

Por outro lado, Jessop (1998) também aponta três respectivas contra-tendências que mantêm a centralidade do Estado nesse contexto de reorganização estatal e política. O aumento do escopo do Estado na articulação das diferentes esferas, que são as tentativas dos Estados de reter o controle sobre a articulação das diferentes escalas espaciais. O aumento do papel do Estado na metagovernança, que não se confunde com a perda de poder do Estado; a ascensão da governança pode fortalecer a capacidade do Estado para projetar sua influência em outros atores, além de fortalecer suas formas de supervisão e coordenação para organizar parcerias, redes e regimes de governança. E a contestação das formas e implementação dos regimes internacionais, na qual o Estado detém um papel importante para moldar o desenvolvimento de regimes políticos internacionais e para agir de acordo com os interesses de seus respectivos eleitorados e capitais. Em suma, as tendências não são transformações estruturais nos Estados nacionais, mas sim situações com as quais ele se defronta, e as contra-tendências mostram que as capacidades dos Estados-nação permanecem sólidas.

A rearticulação do Estado não implica o seu gradual declínio ou o seu deslocamento baseado na fórmula “mais mercado, menos Estado”. Antes, é o KWNS¹³ que está sendo erodido. Mas a erosão de uma forma de Estado nacional não deve ser confundida com a sua retirada geral. Pelo contrário, assim como as fronteiras do KWNS (especialmente aquelas que foram estendidas durante as crises de administração) regrediram, as fronteiras dos Estados nacionais estão avançando em outras questões e outras formas de política estão se tornando mais importantes (JESSOP, 2002, p. 211).

Logo, a tese de Jessop é que estamos presenciando é a erosão de algumas atribuições associadas ao Estado de bem-estar social e a sua substituição por outras funções associadas ao Estado/regime schumpeteriano¹⁴. No entanto, o Estado nacional permanece

¹³ *Keynesian Welfare National State*, Estado de bem-estar social, vigente nos países centrais após a II Guerra Mundial, fundado sobre a doutrina de John Maynard Keynes.

¹⁴ O Regime schumpeteriano promove a flexibilidade e a permanente inovação em economias abertas através da intervenção no campo da oferta, bem como reforça a competitividade dos espaços econômicos relevantes. Nesse regime a competitividade depende de fatores extra-econômicos, os quais estão sob crescente pressão da lógica do capital, ou seja, o Estado dá caráter de empreendedorismo a setores da sociedade que são relevantes

como espaço prioritário para assegurar a coesão social de uma sociedade dividida em classes.

Ainda que tenham tido parte sua soberania afetada, sobretudo no campo jurídico-institucional, em decorrência de regimes e sistemas de leis internacionais, os Estados conservam sua centralidade decisiva na articulação de distintas escalas territoriais, na formação de aparatos de governança e na constituição de legitimidade de qualquer arranjo institucional. Os Estados são decisivos para a valorização do capital e para a reprodução social, operacionalizando-os mediante regulamentações, leis, convencimento/persuasão, conhecimento e força.

para a acumulação de capital. Além disso, nesse regime o Estado subordina a política social às necessidades de competitividade e flexibilidade do mercado de trabalho.

3.3 A internacionalização do Estado

Visto que o Estado é crucial para o capitalismo, tanto em âmbito mundial – no imperialismo –, quanto em âmbito nacional – fator de coesão, unificador de classe, reproduzidor das relações capitalistas, garantidor da valorização do capital –, não poderia ser diferente em relação ao processo de internacionalização do capital (aqui aprofundaremos esse tema já abordado anteriormente de forma superficial). No mercado mundial a necessidade que o capital tem do Estado é acentuada. Longe de ser vítima da “globalização”, os Estados nacionais, principalmente dos países centrais, são promotores da expansão internacional do capital financeiro, industrial e comercial. Essa expansão não é produto de uma estratégia empresarial, mas sim uma estratégia política de Estados, governados por seus respectivos blocos no poder, para melhorar sua posição na economia mundial.

O capital tem como garantidor de última instância a força militar do Estado, cuja relação enfatiza o nexo entre ambos. Os aparatos militares dos Estados-nação são os instrumentos que garantem a introdução do capital nas economias nacionais. Não é difícil perceber que empresas como Microsoft, Siemens e Toyota, quando enfrentam problemas no exterior, recorrem aos governos de seus países de origem. Nesse sentido, o imperialismo não sofreu modificações significativas: ainda permanece um sistema de relações **internacionais**. É digno de nota, igualmente, que o capital não apenas se apóia na coerção, mas também no consentimento, em busca de estabilidade política e social. Estados podem mudar de forma. Alguns se fragmentam para formar Estados menores, outros se juntam a associações regionais. Porém, a histórica conexão entre o capitalismo e o Estado-nação está enraizada na formação desse modo de produção.

Envolvidos numa competição internacional, os Estados nacionais oferecem a suas empresas uma gama de possibilidades: subsídios diretos a empresas nacionais, operações de recuperação de bancos e empresas falidos, imposição de políticas de austeridade fiscal e ajuste estrutural a fim de garantir as taxas de lucro, valorização ou desvalorização da moeda local, favorecendo algumas frações da classe dominante em detrimento de outras, políticas

de desregulamentação de mercados, reformas trabalhistas, garantia de imobilidade internacional da força de trabalho ao passo que facilita a mobilidade internacional do capital, leis que criam um marco regulatório para ratificar, nos países da periferia, a sucção imperialista de mais-valia que permite que os altos lucros das empresas transnacionais possam ser remetidos a suas matrizes, entre outras. Estes são alguns processos em que é imprescindível a ação do Estado-nação (BORON, 2003).

Isso significa que, ao contrário da visão de que o desenvolvimento do capitalismo – mais especificamente seu processo de internacionalização – carrega a tendência de destruir os Estados-nação, este acompanha a internacionalização do capital. Tal visão de quanto mais internacionalização, menos Estado, é apenas aparente. A internacionalização do capital tem sido acompanhada pela universalização da forma política original do capital¹⁵. O capitalismo é ainda um sistema de Estados-nação, presidido por uma potência hegemônica. Mesmo que instituições internacionais tenham surgido, elas não ofuscaram os Estados, mas sim lhes deram novos papéis, como afirma Jessop (1998), e, em alguns casos, novos instrumentos de poder.

O processo de internacionalização do capital consiste em Estados nacionais implementando políticas para promover a competitividade internacional de suas próprias economias, para restaurar ou manter a lucratividade do capital doméstico e para promover o livre movimento do capital, ao passo que confinam o movimento do trabalho, ou pelo menos o controlam para coincidir com as necessidades do capital. Até mesmo políticas consideradas como afronta a soberania nacional são esforços de governos nacionais.

To say, as Marx already suggested a century and a half ago, that capital acknowledges no national boundaries is certainly to say that capital is

¹⁵ De acordo com Wood (2002), apesar do capitalismo não ter inventado o Estado territorial soberano, aquele surgiu junto com o processo de formação do Estado e aperfeiçoou o Estado territorial soberano, suprimindo as outras formas de organização política. Estas se colocavam como obstáculos à acumulação de capital, pois a forma fragmentada de uma série de pequenas autoridades econômicas era benéfica aos rendimentos relativos ao comércio, na esfera da circulação, não à apropriação de mais-valia criada na esfera da produção. Assim, o capitalismo ao criar grandes mercados nacionais baseados na produção, os quais concomitantemente tiveram a formação de uma autoridade soberana, o Estado-nação, fez dessa forma de organização política seu espaço de reprodução e o disseminou pelos continentes.

mobile and that capitalists place profit above national loyalties, so that they will move, whenever they can, wherever the imperatives the imperatives of profit-maximization take them. But it certainly does not mean that they have no roots in, or no need for, the state or for their own nation-state in particular. Capital accumulation has always involved certain requirements of social order and stability which capital itself cannot provide, and market imperatives themselves require coercive enforcement (not least, to discipline the working class). These requirements up to now have been, and in the foreseeable future still promise to be, fulfilled above all by nation-states (WOOD, 2002, p. 27).

O processo de internacionalização do capital não é um confronto entre as tendências do futuro e as forças remanescentes do passado. A questão não é se o capitalismo falhou em construir uma superestrutura política capaz de reger uma economia sem fronteiras, mas sim a relação contraditória entre Estado e mercado. É mais provável que os desafios ao Estado-nação venham de quaisquer outros agentes, mas não do capital e das forças de mercado.

De acordo com Callinicos (2007), quanto mais o capitalismo se torna integrado, isto é, quanto maior o alcance do processo de internacionalização do capital, maior é sua dependência de um sistema de Estados¹⁶, que promove a gestão dos meios para a dominação. Estados modernos, graças a sua organização burocrática e suas capacidades advindas das relações econômicas, desenvolvem um poder estrutural que lhes permite manter a coesão social e a estabilidade política. Ademais, recordemos, o Estado possui autonomia relativa que permite a manutenção legitimada da sociedade capitalista; como vimos, a representação de que o Estado corporifica uma vontade geral o coloca aparentemente acima das relações de desigualdades, de exploração e de domínio. Assim, tal poder não é somente necessário em âmbito nacional, mas igualmente no internacional, no

¹⁶ Sobre disseminação do Estado-nação, da qual fala Wood (2002), para a formação do sistema de Estados, Callinicos (2007) explica esse surgimento por meio da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky. De acordo com o autor, a tendência que o capitalismo possui de se desenvolver ao expandir sua área geográfica unifica o globo em um só sistema, onde o acesso aos investimentos e mercado é distribuído desigualmente. O capitalismo se expande, mas não leva consigo todos seus elementos: leva consigo a necessidade de uma autoridade que o salvguarde e mantenha um ambiente política e socialmente estável para a exploração do trabalho – daí a formação do sistema de Estados –, porém não leva consigo os elementos mais avançados da produção, os quais permanecem nos seus mercados de origem, fazendo destes os países centrais do capitalismo. O desenvolvimento desigual (porque não equaliza as condições econômicas) e combinado (porque integra todas as regiões em um sistema só) não é fator casual do capitalismo, mas sim tendência inerente desse modo de produção.

qual o conjunto de Estados-nação administra a economia capitalista, no que diz respeito aos seus conflitos e cooperações, às suas crises e luta entre as classes.

Capital e Estado não são um único e mesmo agente: a busca de objetivos distintos por parte de cada um deles culmina numa situação, na qual o capital precisa da salvaguarda do Estado por uma miríade de razões e o Estado depende de recursos gerados pelo processo de acumulação de capital. Essa relação, que tem o mérito de assumir a não identidade entre Estado e capital – como enfatiza Poulantzas (1977) – faz parte também do cenário internacional, ao sistema de Estados (CALLINICOS, 2007).

A pesar de todas as tendências do processo de internacionalização, as rivalidades entre Estados, entre uma multiplicidade de Estados, permanecem como traço característico da economia e da política mundial. Visto historicamente, a existência de um sistema de Estados foi base fundamental para o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Dessa forma, a existência de uma multiplicidade de Estados não caracteriza uma fase particular, mas representa um traço estrutural do capitalismo e uma das condições para a sua preservação e seu desenvolvimento. Preservação e desenvolvimento que se dão via a organização, em cada unidade do sistema, de antagonismos e conflitos sociais, fortalecendo a “autonomia” de cada aparato de Estado frente às classes sociais e possibilitando a institucionalização aparente da vontade geral. O processo de acumulação mundial está calcado na existência de espaços econômicos e políticos diferentes, fazendo com que a acumulação internacional e a nacional seja uma unidade complexa e contraditória, pois está envolvida pela política do Estado-nação. O desenvolvimento econômico desigual impõe repartição do espaço capitalista mundial entre Estados nacionais soberanos, assim como as características específicas da luta de classes em cada área do espaço capitalista mundial também impõe a repartição da estrutura em sistema de Estados

A divisão do capitalismo em um sistema de Estados é a base para as relações internacionais de dependência. Sob a tutela do Estado, frações da burguesia de países centrais se constituem como classe dominante em suas formações sociais e colocam as frações das burguesias de formações sociais periféricas em condição de dependência (por meio de uma complexa relação entre frações da classe dominante de diferentes blocos no

poder, que não cabe aqui aprofundá-la). Nesse esforço, os Estados são fundamentais na dominação do centro sobre a periferia porque é através dele que se gera e se solidifica a desigualdade das condições de acumulação e exploração, isto é, o Estado as institucionaliza. Essa relação só pode existir porque o sistema está organizado em Estados nacionais separados. Dependência, subdesenvolvimento e periferia não são acontecimentos falhos e transitórios, são estruturais e relacionados às classes em luta.

O processo de internacionalização do capital se liga, assim, ao aumento da atividade estatal, ainda que sob formas modificadas comparadas na história. O que está em jogo é a capacidade de concorrência internacional de setores ligados ao mercado mundial. Desse modo, a internacionalização do capital é também a internacionalização do Estado, no sentido de alavancar tais setores “escolhidos”.

Assim sendo, no sistema de Estados o bloco no poder não pode ser apreendido em plano puramente nacional. Os Estados nacionais se incumbem não somente dos interesses de sua burguesia da sua formação social, mas igualmente dos interesses do capital imperialista para a articulação do processo de internacionalização. O sistema de Estados é também um sistema de blocos no poder, os quais por meio do Estado desenvolvem relações inter-nacionais de cooperação e conflito. O Estado nacional, como fator de unidade do bloco no poder, apesar de privar ou beneficiar esta ou aquela fração da classe dominante, não deixa de responder aos seus interesses gerais. Isso significa que a orientação do Estado não pode ser entendida sem considerarmos as contradições do bloco no poder.

Capítulo 4: As classes dominantes e os Estados nacionais

4.1 A reestruturação do poder das classes dominantes no sistema de Estados.

O mecanismo que governa o processo de internacionalização do capital e do Estado são os interesses de classe, mais especificamente os interesses das classes dominantes organizadas em seus respectivos blocos no poder. No sistema de Estados sob a lógica do imperialismo cada unidade (Estado-nação) é o espaço primordial de formação, reprodução e conflito das classes dominantes – e também das classes dominadas – unificadas sob a égide de uma fração hegemônica no bloco no poder. No sistema de Estados, as relações entre as classes dominantes nos blocos no poder de cada Estado, relações comerciais, financeiras, de guerra e paz, diplomáticas, ideológicas, etc., são o cerne das relações entre países no capitalismo contemporâneo.

De acordo com Poulantzas (1978) as classes sociais no capitalismo são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente na instância da economia, ou seja, pelo seu lugar no processo de produção. Porém, a instância econômica não detém o papel exclusivo de determinação, uma vez que as instâncias ideológica e política desempenham um papel relevante. Assim, as classes sociais são concebidas na totalidade (econômico, político e ideológico), mas não existem *a priori*; as classes sociais somente podem ser colocadas em oposição. A determinação das classes “designa os lugares objetivos ocupados pelos agentes na divisão social do trabalho: lugares que são independentes da vontade desses agentes” (POULANTZAS, 1978, p. 14). Logo, uma classe social é definida pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que abrange as relações políticas e ideológicas.

Vamos colocar a questão dos aparelhos do Estado capitalista em sua relação com as classes sociais. Esses aparelhos de Estado consagram e legitimam a dominação de classe e reproduzem as relações de classe. Enquanto que as relações econômicas (relações de produção) são garantidas pela direito e pela força dos aparelhos de Estado, as relações políticas e ideológicas se materializam e se encarnam nos aparelhos de Estado como

práticas materiais. Dessa forma, a burguesia se constitui enquanto classe, enquanto classe dominante, pois a partir do seu lugar nas relações de produção realiza sua dominação/subordinação política e ideológica por meio do Estado. Este, por sua vez, configura-se como reprodutor das relações de produção capitalistas, uma vez que possui a função geral de constituir o fator de coesão da unidade de uma formação social dividida em classes, que é a realidade do capitalismo. Entretanto, a constituição da burguesia como força social na totalidade apenas se realiza na formação do bloco no poder.

Como vimos no capítulo anterior, a relação entre as frações da classe dominante e o Estado capitalista as impele em direção a sua unidade política sob a proteção de uma fração hegemônica. Esta polariza os interesses contraditórios específicos das várias frações, formando o bloco no poder, transformando os interesses econômicos em interesses políticos e representando o interesse geral comum das frações do bloco no poder; esse interesse geral consiste sobretudo na exploração econômica e dominação política. Desse modo, a burguesia conquista o Estado e age por intermédio dele para garantir seus interesses.

Assim como as classes sociais só existem em relação umas as outras, em oposição na luta de classes, as classes sociais de uma formação social igualmente só existem em relação às classes sociais de outra formação. Esta é a questão do imperialismo que tem como objeto a existência de formações sociais distintas, dominantes e dominadas. O imperialismo traz novos sistemas de fracionamento para burguesia no bloco no poder (que não aqueles relativos às frações de acordo com sua atividade no processo de produção: burguesia agrária, industrial, comercial, etc., ou ao grau de concentração e centralização do capital: grande, média, pequena burguesia), sem suprimir os outros sistemas; traz uma clivagem entre capitais de origem nacional e estrangeira: a burguesia compradora, a burguesia interna e burguesia nacional (POULANTZAS, 1978).

A burguesia compradora é aquela que cumpre o papel de intermediária dos interesses externos no espaço nacional, não tendo base de acumulação própria no interior da formação social. O comércio de exportação e importação de mercadorias, o sistema bancário baseado nos capitais externos e os ramos da indústria totalmente atrelados ao capital estrangeiros, representados respectivamente pela burguesia comercial, bancária e industrial (esta raramente assume o papel de burguesia compradora), podem ser exemplos

da burguesia compradora. Dada a imbricação com os interesses do capital estrangeiro, essa burguesia não lhe opõe resistência no plano político-ideológico.

A burguesia interna pode ser definida de acordo com seu comportamento dúbio em relação ao capital estrangeiro, ora em oposição, ora em apoio, devido às formas de dependência do capital local ao capital estrangeiro. Possui base de acumulação própria no interior da formação social, mas não está voltada para o mercado externo, e no exterior; ao mesmo tempo em que o capital estrangeiro entra no país, o capital local realiza ganhos no exterior. A burguesia interior é afetada por efeitos de dissolução de sua autonomia político-ideológica em face ao capital estrangeiro e pode adotar posições de efetiva autonomia ou independência em face deste capital, mas provocando efeitos sobre os aparelhos de Estado de sua formação social nas relações com outras formações (dominantes).

A burguesia nacional é a fração autóctone da burguesia que, com base de acumulação própria no interior da formação, inclina-se a certas contradições com o capital imperialista que lhe reservam uma autonomia política e ideológica, apresentando-se como uma unidade própria. Esta fração é suscetível, em determinadas conjunturas, à luta antiimperialista e de libertação nacional e a adotar posições que incluem alianças com as massas populares. É mais provável que o setor da capital produtivo, preocupado com a distribuição de renda interna, se comporte como burguesia nacional. Esse sistema de fracionamento da burguesia que diz respeito às relações internacionais corrobora com a reprodução induzida e interiorizada do modo de produção capitalista.

Os vínculos internacionais entre classes dominantes sempre foram importantes, especialmente nas atividades coloniais e nas ligações transnacionais que remontam ao século XIX, se não forem mais antigos. Não há dúvidas que aconteceu uma ampliação dessas ligações transnacionais nas últimas décadas, mas isso não significa que as classes dominantes não estejam associadas a aparatos de Estado específicos, devido tanto às vantagens como às proteções que o Estado nacional lhes proporciona (HARVEY, 2008).

Uma vez que as relações entre Estados-nação são governadas pelo interesses das classes dominantes, podemos afirmar que nas últimas décadas tais interesses são representados pelo neoliberalismo. O neoliberalismo é antes de tudo um liberalismo econômico contemporâneo propagado pelas classes dominantes, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial em detrimento da intervenção do

Estado na economia. Seu discurso assume a forma de uma crítica à intervenção estatal a fim de mostrar a superioridade do mercado frente à ação do Estado.

No discurso neoliberal a livre mobilidade do capital entre países, regiões e deve ser máxima. Todas as barreiras ao livre movimento têm de ser removidas. A competição internacional é tida como algo saudável, já que melhora a eficiência e a produtividade, reduz os preços e controla as tendências inflacionárias. Por conseguinte, os Estados se devem empenhar coletivamente para a redução das barreiras de movimento do capital por suas fronteiras e para a abertura dos mercados às transações globais. À medida que os Estados colaboram com esse processo, devem ser implantadas estruturas de coordenação, como o FMI, e acordos internacionais devem ser feitos para garantir o regime de direito e as liberdades de comércio, como os incorporados às normas da OMC¹⁷.

Essa oposição à intervenção estatal dos neoliberais pode ser traduzida em oposição às teorias do Estado intervencionista, como as de John Maynard Keynes, que alcançaram a proeminência nos anos de 1930 em resposta à Grande Depressão. Muitos legisladores, após da Segunda Guerra Mundial, apoiaram-se na orientação da teoria keynesiana para manter sob controle os ciclos de negócios e as recessões. Os neoliberais se mostraram contrários às teorias do planejamento estatal centralizado, pleno emprego e aumento dos gastos sociais. Alegavam que as decisões do Estado estavam fadadas à tendenciosidade política, que dependiam da força de grupos de interesse envolvidos, como sindicatos, ambientalistas ou outras organizações envolvidas na política. Para eles, tais decisões em questões de investimento e acumulação de capital caminhavam para o fracasso, porque as informações à disposição do Estado não podiam rivalizar com as contidas nos mercados. Os neoliberais se opunham ao que Jessop (1998) denomina Estado de bem-estar social. Opunham-se, portanto, à intervenção estatal nos processos de mercado para alcançar o bem-estar e às políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas para suavizar os ciclos de negócios e

¹⁷ A ideologia teórica do neoliberalismo não deve ser confundida com a ideologia prática. Naquela, o discurso neoliberal prega a livre movimentação de capital, o livre comércio, o aspecto positivo da competição empresarial, etc. Contudo, na ideologia prática esses elementos somente se concretizam de acordo com os interesses das classes dominantes. A movimentação de capital e o comércio têm seus obstáculos não porque o Estado os impõe, mas porque é do interesse das classes dominantes proteger seus mercados. No neoliberalismo a teoria e a prática diferem; ocorre uma retórica dos princípios que não correspondem às propostas de ação.

assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno; opunham-se a um Estado que era um compromisso de classe entre capital e trabalho.

O neoliberalismo deve ser considerado uma apologia abstrata ao mercado (ideologia teórica) que se aplica sempre e quando tal aplicação interessar a classe burguesa, sendo incompatível qualquer aplicação contrária a tais interesses (ideologia prática). Em outras palavras, o recuo do papel do Estado é bem aceito quando não contraria os interesses da burguesia – estes canalizados para a destruição do bem-estar social –, mas é mal visto se atenta contra os sistemas de mercado.

Toda a história do processo de neoliberalização tanto dos países centrais quanto dos periféricos indica o papel essencial desempenhado pela luta de classes. Embora haja inúmeras tentativas de ocultar o papel das classes sociais na história, o processo de neoliberalização pode ser definido como o resultado da ofensiva burguesa para a restauração do poder de classe, restauração que sucede a um período de reformas que tinham imposto limites ao poder da classe burguesa em seus respectivos países. O neoliberalismo é um projeto político:

El laissez-faire es una forma de 'regulación' estatal, introducida e mantenida per medios legislativos y coercitivos. Es una política deliberada, consciente de sus propios fines, y no la expresión espontánea y automática de los hechos económicos. Consecuentemente, el liberalismo de laissez-faire es un programa político (GRAMSCI apud BORON, 2003, p. 57)

O neoliberalismo restabeleceu as condições de acumulação do capital e de restauração do poder das burguesias em seus países. Essa é a definição (parcial)¹⁸ de Gerard Duménil e Dominique Lévy, os quais mostram que o capitalismo neoliberal mudou, de fato, o perfil sócio-econômico das economias (no estudo deles, as economias dominantes). A concentração da renda e a taxa de lucro vinham numa trajetória de queda desde o final da

¹⁸ Entendemos como definição parcial, pois a ofensiva neoliberal não visa restaurar o poder burguês, mas também o poder imperialista.

Segunda Guerra Mundial, contudo a partir da crise econômica de meados da década de 1970 e graças às reformas neoliberais que começaram a ser então implantadas, a tendência dessas duas curvas se inverteu acentuadamente, iniciando uma trajetória de alta, ao mesmo tempo em que a incidência de impostos sobre o capital entrava em trajetória de queda. Ademais, essa inversão de tendência, e outros processos de neoliberalização, somente foram possíveis mediante um Estado forte, um mercado forte e instituições legais (DUMÉNIL e LÉVY, 2004).

Essas mudanças econômicas e políticas da década de 1970 ocorridas no capitalismo internacional fizeram com que as burguesias dos países centrais, e mais tarde suas congêneres dos países periféricos, desertassem do desenvolvimentismo e das políticas de bem-estar e colocassem no centro da cena política, econômica e ideológica o que aqueles intelectuais ideólogos neoliberais haviam formulado durante décadas em isolamento político¹⁹.

Os neoliberais, quando se referem à atividade econômica do Estado (como produtor de bens e serviços e como fornecedor de serviços urbanos e sociais), ao comércio exterior e ao mercado de força de trabalho, defendem abertura comercial, privatizações e desregulamentação financeira e do mercado de força de trabalho não com a finalidade de restaurar o capitalismo concorrencial, mas para orientar uma ofensiva internacional da burguesia e do imperialismo. Esses processos minam o Estado de bem-estar social nos países centrais e o pouco que se obteve de direitos sociais nos países periféricos, além de reforçar a influência das potências imperialista nestes. Em outras palavras, o neoliberalismo visa suprimir ou revisar as reformas que os movimentos operários e populares e a luta antiimperialista impuseram ao capitalismo ao longo do século XX. O neoliberalismo visa restaurar o capitalismo vigente no período anterior às reformas e às experiências revolucionárias do século XX. Desse modo, podemos identificar grandes pilares da política neoliberal: desregulamentação do mercado de força de trabalho, redução dos gastos sociais, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações.

¹⁹ Friedrich von Hayek publicou *O caminho da servidão* em 1944.

A ideologia da globalização também faz parte do discurso neoliberal. Ao apresentar a economia mundial com um espaço homogêneo e livre da intervenção do Estado, o qual seria fruto do declínio do Estado-nação e da atuação das “multinacionais”, a globalização projeta um processo inevitável para as economias nacionais. Um processo em que a abertura econômica, desregulamentação do mercado financeiro e privatizações seriam essenciais para o crescimento econômico, pois sem tais processos o capital migraria para lugares onde eles ocorram, induzindo à crença que concessões devem ser feitas ao capital para evitar seu deslocamento.

A virada neoliberal ocorreu num período em que as instituições da classe operária estavam em declínio e muitos estavam convictos que classe era uma categoria sem sentido ou ao menos havia falecido. Nesse aspecto, parece que intelectuais de todas as tendências se renderam ao pensamento neoliberal e à tese do fim da história de Fukuyama – como mostra o capítulo 1 –, dado que uma das ficções do neoliberalismo é a idéia de que a classe é uma categoria extinta, que só existe na imaginação de comunistas em extinção.

O neoliberalismo se forja na luta de classes. Na década de 1980 uma nova situação internacional se configurou. A recessão de 1974 se revelou o prelúdio de um longo período de crises intermitentes – recessões de 1980 e de 1990 – e de crescimento moderado. Os lucros entraram em declínio nos países centrais: esse foi o terreno que levou a burguesia a se unificar em torno do neoliberalismo. As associações patronais européias e estadunidenses iniciaram uma caça aos direitos dos trabalhadores de seus países e contra o desenvolvimento tecnológico dos países da periferia, numa ofensiva imperialista. As grandes potências imperialistas trataram de articular em novas bases suas áreas de influência. Em 1985 se formou o Grupo dos Cinco (Estado Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão) e os Estados Unidos passaram a exigir a liberalização do comércio exterior e a privatização das empresas estatais nos países da periferia – o governo Reagan aumentou a pressão sobre a América Latina. A burguesia imperialista vislumbrou no neoliberalismo a via para contrariar, graças à supressão dos direitos dos trabalhadores e ao retrocesso do capitalismo na periferia, a tendência decrescente da taxa de lucro (DUMÉNIL e LÉVY, 2004).

Afora as recessões internacionais, outras condições históricas gerais do período viabilizaram a ofensiva burguesa e imperialista e o triunfo do neoliberalismo. Muitos autores na década de 1980 assinalam a estagnação econômica da União Soviética e a dificuldade de sua sobrevivência. Além disso, seu prestígio junto aos trabalhadores europeus estava profundamente estremecido: a crítica dos comunistas chineses, a invasão da Checoslováquia pelas forças do Pacto de Varsóvia e o nascimento do eurocomunismo foram os fatos mais significativos desse desgaste. O declínio do prestígio soviético se colocou num conjunto mais amplo de crise do movimento socialista. A social-democracia, que havia conquistado governos na Europa ocidental, aproximava-se cada vez mais da política inaugurada por Thatcher na Inglaterra. Com a *perestroika* de Gorbachev, desaparecia a superpotência que rivalizara com os Estados Unidos. Com o campo imperialista mais coeso, devido à inexistência de conflitos bélicos entre os países centrais, ao processo de degradação da União Soviética e à crise do movimento socialista, as burguesias imperialistas se encontraram em condições favoráveis para colocar em prática a política de supressão de direitos sociais nos seus países para impor um retrocesso ao desenvolvimento do capitalismo na periferia. As instituições políticas e econômicas internacionais, como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, tiveram um desempenho mais ativo como instrumento de tutela dos países centrais sobre os países periféricos.

Segundo Harvey (2008), algumas condições conjunturais da segunda metade do século XX foram importantes para a restauração do poder de classe das burguesias. Primeiro, a virada para uma financierização mais aberta, iniciada na década de 1970 e intensificada na década de 1990. O investimento externo direto e indireto cresceram por todo o mundo capitalista, porém se espalharam de forma desigual, dependendo de quão favorável fosse o ambiente de negócios em cada lugar. Os mercados financeiros foram submetidos a uma onda de desregulamentação e inovação em âmbito internacional, tornando-se tanto instrumentos mais importantes de coordenação econômica quanto meios de obtenção e concentração de riqueza. Transformaram-se em recursos privilegiados de restauração do poder de classe. O estreito vínculo entre empresas e bancos foi enfraquecido para dar lugar a uma crescente ligação entre empresas e mercado financeiro (as bolsas de valores).

Segundo, havia crescente mobilidade geográfica do capital, facilitada pela redução dos custos dos transportes e das comunicações. A gradual redução das barreiras artificiais ao movimento do capital e das mercadorias – tarifas, controles de câmbio, tempo de espera nas fronteiras, desempenhou papel importante. Ainda que houvesse significativa desigualdade, o impulso era para a padronização de arranjos comerciais por meio de acordos internacionais que resultaram no firmados na OMC, entrando em vigor em 1995. Essa maior abertura ao fluxo de capital, especialmente estadunidense, europeu e japonês, pressionou todos os países a estudar a qualidade de seu ambiente de negócios como condição decisiva para o sucesso competitivo. O grau de neoliberalização estava sendo cada vez mais estimado pelo FMI e pelo Banco Mundial como uma medida de bom ambiente de negócios, logo houve aumento da pressão sobre os Estados para que seguissem reformas neoliberais.

Terceiro, o complexo *Wall Street* /FMI /tesouro do EUA, que veio a dominar a política econômica no governo Clinton, iludiu, persuadiu e forçou muitos países periféricos a seguir o caminho neoliberal. Os Estados Unidos também usaram o artifício do acesso preferencial ao seu mercado de consumo com a finalidade de persuadir convencer muitos países a reformar sua economia e direcionar a parâmetros neoliberais, em algumas situações mediante acordos bilaterais de comércio. O *boom* nos Estados Unidos na década de 1990 foi produzindo por essas políticas. O país, surfando numa onda de inovação tecnológica, parecia ter a resposta e suas políticas aparentavam merecer emulação, embora o nível de emprego alcançado tivesse sido com baixas taxas de remuneração e com redução de proteções sociais. A redução dos gastos com o bem-estar social e a flexibilidade nos mercados de força de trabalho começaram a compensar para os Estados Unidos e essa situação impôs pressões competitivas nos mercados de força de trabalho em parte da Europa e sobre o Japão. Mas o segredo do sucesso estadunidense foi o fato de o país extrair altas taxas de retorno de suas operações financeiras e empresariais (investimentos indiretos e diretos) do resto do mundo.

Por último, a difusão global da nova ortodoxia econômica neoliberal e monetarista exerceu uma influência ideológica que se tornava cada vez mais forte. Em 1982 a economia keynesiana foi expurgada do FMI e do Banco Mundial e no final dessa década a maioria

dos departamentos de economia das universidades dos Estados Unidos – que haviam ajudado a treinar a maioria dos economistas – tinham enquadrado-se na adesão programa neoliberal, que enfatizava o controle da inflação e a solidez das finanças públicas como metas essenciais da política econômica, em vez do pleno emprego e proteção social.

Todos esses fatores convergiram para a constituição do Consenso de Washington de meados da década de 1990. Os modelos estadunidense e britânico de neoliberalismo foram ali deliberados como saída para os problemas globais. fortes pressões foram feitas sobre Japão e Europa e sobre o resto do mundo para seguir a trajetória neoliberal. A formação da OMC foi o ponto alto desse processo (apesar de a formação do NAFTA e os acordos de Maastrich terem sido importantes arranjos regionais). Como marco programático, a OMC estabeleceu padrões e normas neoliberais de interação na economia global. Abrir ao máximo o mundo ao livre fluxo de capital era sua meta, pois era esse o fundamento do poder que se iniciou com as classes dominantes estadunidenses, européias e japonesas se estendeu para as outras burguesias no mundo (HARVEY, 2008)

O surgimento/reorganização das organizações internacionais não corresponde somente ao aumento de problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais, por exemplo, no caso da política ambiental. Tais organizações expressam relações de dominação e dependência internacionais chefiadas pela tríade de metrópoles, em sua complexa relação de concorrência e cooperação. Os Estados centrais se colocaram na condição de criadores de redes internacionais de regulamentação e cooperação das políticas neoliberais, tais como a própria OMC, FMI, Banco Mundial, G7, entre outras.

De acordo com Boito Jr. (1999), é importante elucidar que nos países periféricos, o neoliberalismo desempenha uma função suplementar específica. Além de suprimir ou restringir os direitos dos trabalhadores, ele serve para enquadrar as economias nacionais periféricas às novas exigências do imperialismo. A política neoliberal reforçou a conjuntura internacional de restrição da autonomia política dos Estados periféricos. Assim, suas políticas econômicas e sociais foram tuteladas pelo FMI, Banco mundial e OMC, aprofundando as relações de subordinação econômica desses países aos países centrais. Isso não quer dizer que o Estado-nação está declinando em escala mundial. O que acontece é

que os Estados de países centrais acentuam sua influência e poder de controle no espaço internacional, o que implica em restrições crescentes na autonomia política dos Estados periféricos. As restrições dessa autonomia política não afeta importância do Estado para o capitalismo: ele conserva sua habitual função de fiador dos investimentos, da propriedade e dos ganhos do capital imperialista e nacional e em decorrência da desregulamentação financeira adquiriu a função de arcar com as especulações do capital financeiro internacional.

Façamos uma rápida caracterização do Estado neoliberal. O que pretendemos com isso é, baseado em estudos já existentes, definir um novo apoio conceitual para podermos dar seqüência à discussão. O Estado neoliberal é o que aplica os pilares da política neoliberal: desregulamentação do mercado de força de trabalho, redução dos gastos sociais, abertura comercial, desregulamentação financeira e privatizações.

Em países periféricos como o Brasil, o imperialismo e todas as frações da burguesia brasileira se beneficiam com a política neoliberal, mas é um benefício desigual. Não há no Brasil, contudo, uma fração da burguesia que exerça o papel de uma burguesia nacional; podemos apenas identificar as frações interna e compradora. De acordo com a metáfora de Boito Jr. (1999)²⁰, pensemos os pilares da política neoliberal como uma série de três círculos concêntricos: o círculo externo e maior representa a política de supressão dos gastos e direitos sociais e a desregulamentação do mercado de força de trabalho; o círculo intermediário representa a política de privatizações; e o círculo central e menor representa a abertura comercial e a desregulamentação financeira. Todos os três círculos abrangem interesses imperialistas e das frações da burguesia brasileira e cada um deles abrange, do maior para o menor, interesses de fração cada vez mais restritos.

O círculo externo e maior abarca os interesses do imperialismo e de todas as frações da burguesia, é o círculo da redução dos salários, da redução dos gastos e direitos sociais e da desregulamentação do mercado de força de trabalho. Todas as empresas, industriais, agrícolas ou comerciais, pequenas ou grandes, tiram proveito, maior ou menor, da redução

²⁰ Através dessa metáfora podemos identificar como a globalização, o outro lado da moeda do neoliberalismo, é invocada para facilitar a aplicação de políticas que beneficiam os setores mais ligados ao exterior, em detrimento de outros setores (frações), inclusive da própria burguesia.

de custos salariais e dos direitos sociais. A redução de salários é geral e a informalização das relações de trabalho não é privilégio de pequenas empresas. Grandes empresas a utilizam, dentre outras maneiras, mediante a terceirização, prática que permite que o conjunto da burguesia tenha acesso a exploração desenfreada dos trabalhadores. O imperialismo, por sua vez, aproveita essa política, uma vez que as empresas estrangeiras que atuam no Brasil têm interesse direto na redução dos custos salariais. É igualmente de interesse do capital financeiro a contenção dos gastos sociais do Estado, uma vez que ele é remunerado pelo pagamento dos serviços da dívida externa. Desse modo, a pauperização dos trabalhadores resulta no surgimento de empresas que produzem para o mercado popular, as quais também se beneficiam da desregulamentação do mercado de força de trabalho e da redução de gastos e direitos sociais.

A política de privatização, o segundo círculo, favorece o imperialismo e uma fração da burguesia brasileira, o capital monopolista, e exclui o médio e pequeno capital. A política de privatização das empresas públicas resultou no aumento dos patrimônios das grandes empresas do setor bancário, do setor industrial e da construção civil. Esses grandes grupos arremataram empresas lucrativas siderúrgicas, petroquímicas, mineradoras e de serviços urbanos, como energia elétrica e transporte. Além disso, conseguiram concessões para explorar o setor de transporte rodoviário e ferroviário e telefonia, entre outras atividades. No início a maior parte das privatizações foi um negócio privado do grande capital nacional e mais tarde passou a ser também negócio com a participação do capital imperialista. Dizemos que esse círculo é mais restrito porque as normas do processo brasileiro de privatização barraram o acesso do pequeno investidor aos leilões de privatização. Somente um seleto grupo de grandes empresas se beneficia com as privatizações. Esses grandes grupos monopolistas nacionais e seus associados estrangeiros se serviram do discurso neoliberal de defesa do mercado e da concorrência para consolidar sua posição monopolista.

O segundo círculo é mais restrito que o primeiro, pois exclui o médio capital do processo de privatizações, contudo, terceiro círculo ainda mais exclusivo, pois divide o grande capital, a fração hegemônica no bloco no poder. Este círculo que representa a política de abertura comercial e de desregulamentação ou abertura financeira, duas políticas

que se encontram associadas. O setor bancário do capital monopolista e o capital imperialista são os únicos que têm seus interesses inteiramente contemplados por esse círculo. Em contrapartida, grande burguesia industrial interna perde com essa política. Mesmo que o conjunto da fração monopolista, juntamente com o capital imperialista, seja considerado hegemônico, os interesses o capital bancário e o capital imperialista são priorizados pela política neoliberal. A política de desregulamentação financeira, a de juros altos e a de estabilidade monetária contempla concomitantemente os investimentos estrangeiros e os grandes bancos nacionais.

A política de juros altos favorece o setor bancário principalmente de duas maneiras. De um lado, pelo fato de esse setor, dispondo de maior liquidez que o setor produtivo, ser o principal detentor dos títulos da dívida pública; de outro lado, pelo fato de fazer parte dessa política não apenas o estabelecimento de uma taxa básica de juros elevada, mas também a concessão de total liberdade aos banqueiros para estipularem, ao seu bel-prazer, os juros que irão cobrar dos empréstimos que concedem ao setor produtivo e ao consumidor – crédito no cheque especial, crédito para consumo, para investimento etc. (Boito Jr, 1999).²¹

Portanto, o neoliberalismo, enquanto modelo econômico e político, corresponde a uma fase do capitalismo caracterizada pela ofensiva política e econômica vitoriosa da burguesia e do imperialismo na qual um e outro puderam, graças a condições históricas específicas, recompor o seu poder e recuperar a lucratividade do grande capital, poder e lucratividade que tinham sido abalados pelos modelos de bem-estar social e desenvolvimentista vigentes, até então, na Europa e na América Latina. Assim sendo, esse modelo político e econômico adotado pelos ou introduzido nos Estados nacionais – governados pelas classes dominantes por meio do bloco no poder – é que nos permite defini-los como Estados neoliberais.

²¹ No neoliberalismo brasileiro, Boito Jr. (1999) chama a atenção para dois fatos decorrentes do mesmo processo. De um lado, o desmonte do Estado desenvolvimentista, mais precisamente as políticas de privatização, pôs fim à boa parte da burocracia civil e militar que controlava as grandes empresas estatais: essa burguesia nacional de Estados perdeu muito peso na economia e diminuiu sua influência política. De outro lado, esse mesmo processo fortaleceu outros setores da classe dominante. Um setor que aumentou seu poderio econômico e fortaleceu sua organização política é aquele que podemos chamar de nova burguesia de serviços, composta por proprietários ou grupos de proprietários de escolas, universidades, convênios médicos e hospitais.

Feita essa explanação sobre a organização das classes dominantes de uma formação social em torno do neoliberalismo, cabe aqui uma breve crítica ao conceito de burguesia mundial ou classe capitalista transnacional, uma vez que esses conceitos vêm associados à tese do declínio do Estado-nação. Apesar da persistência das economias nacionais e dos Estados-nação, vigora junto às teses da globalização a tese da formação/existência de uma burguesia mundial, como a tese de Robinson (2007), que aponta para um processo de unificação e integração burguesia em escala mundial. Como vimos, por trás da globalização estão as classes dominantes e seus respectivos blocos no poder, organizadas em bases nacionais. Visto também que a mobilidade do capital se acentuou nas últimas décadas, mas sua base também é nacional, logo a burguesia está longe de constituir uma classe global, formadas nas redes de uma suposta economia global. Assim como o capital permanece nacional e se internacionaliza (não é uma tarefa árdua distinguir o capital estadunidense, do japonês, do brasileiro), igualmente o fazem as burguesias de cada país, porque a economia mundial não é uma economia global, mas sim uma economia de competição e cooperação ente capitais nacionais, uma economia **inter-nacional**.

Existem diferenças entre a fração burguesia cuja base de acumulação é nacional e aquela cuja base é dependente ou entregue ao capital internacional. Por mais que esta tenha interesses comuns com burguesias de outros países, e contra seus compatriotas, sua base de formação é o Estado nacional – uma vez que é por meio do Estado que a burguesia se unifica para dominar –, pois a ele estão sujeitas para a concretização de diversos dos seus interesses e, como última garantia, para o uso da força. O Estado acompanha o processo de internacionalização do capital, porém nesse processo suas classes dominantes são nacionais com interesses internacionais (WOOD, 2002).

A tese da burguesia mundial ignora que, por mais móvel que se tenha tornado o capital, os fatores de produção – capital, força de trabalho, tecnologia, fábricas, equipamentos, matérias-primas, etc. – são todos sujeitos a certas restrições impostas pelo Estado, inclusive as empresas ditas multinacionais se encaixam nessas restrições: 96% das duzentas empresas transnacionais têm suas matrizes em oito países, suas diretorias têm sede nesses países e estão legalmente registradas como sociedades anônimas em oito países do capitalismo metropolitano. Seu alcance é global, mas sua propriedade e proprietários têm

evidente base nacional. Ignora, igualmente, o desenvolvimento desigual do capitalismo, a existência de diferentes Estados nacionais e a impossibilidade de um processo de repartição igualitária de mais-valia global (MARTUSCELLI, 2010).

4.2 O Estado neoliberal

O processo de reestruturação neoliberal nos anos 70 trouxe modificações no papel dos Estados nacionais e do sistema de Estados. O Estado de bem-estar²², relativamente limitado a um espaço econômico delimitado e socialmente integrador, sofreu transformações consideráveis em direção a abertura de setores para a inversão de capital, o que acelerou o processo de internacionalização do capital, acompanhado pelo próprio Estado nacional. Nesse contexto, a capacidade de direção estatal foi fortemente reduzida, sobretudo nas áreas de política econômica e social – redução almejada pela grande maioria das frações da burguesia e obtida, também, graças à ação do próprio Estado. Os crescentes entrelaçamentos internacionais romperam as economias nacionais antes relativamente fechadas e as empresas transnacionais se colocaram como fortes atores no cenário internacional.

Falou-se muito nos últimos 30 anos, e principalmente depois do fim da União Soviética, que as políticas neoliberais ou a chamada globalização implicariam na perda da soberania estatal; o primeiro capítulo mostra isso. Mas é preciso considerar o fato de que tais políticas são estratégias políticas estatais, não empresariais, que colocaram em movimento o processo de transformação neoliberal. Trata-se de uma transformação do Estado, dirigidas pelas classes dominantes, com o objetivo de reorganizar as relações de classe nele presentes e que foi alavanca pela crise do Estado de bem-estar e desenvolvimentista, não do declínio do Estado-nação. Por isso podemos considerá-la uma

²² Para Jessop (1998), as tendências no processo de reorganização do Estado e da política são consequência do neoliberalismo: os Estados nacionais que adotam medidas neoliberais devem ser suficientemente fortes e interventores tanto para desmontar os aparatos institucionais vigentes quanto para resistir às pressões da imposição de um novo modelo de acumulação.

estratégia política. Conceber o Estado como modelo fora de uso ou como uma instituição anacrônica é desconsiderar o contexto capitalista de poder, dominação e violência.

Que o capitalismo modificou-se fundamentalmente, não deveria ser motivo para jogar fora conhecimentos teóricos já adquiridos. É um fato dificilmente polêmico que as relações de produção capitalistas continuam dominando, e que nesse processo tornaram-se dominantes em todo o mundo. Ou seja, o Estado e o sistema de Estados como expressão da forma política capitalista representam tal como antes um marco estrutural fundamental. Igualmente equívoca como a afirmação indiferenciada sobre a perda de significado do Estado é a simplificada imputação de uma fusão entre o Estado e o capital, ou seja, o desaparecimento de sua “particularidade ou “autonomia relativa” (como em Hardt/Negri, por exemplo). Precisamente frente aos processos de transformação econômico-político correntes, deve considerar-se que a forma capitalista do político – dependente das respectivas estruturas econômicas e das relações sociais de força –, pode assumir traços completamente diferentes. Há muitas configurações possíveis do Estado capitalista. O Estado nacional integrador da era fordista representa apenas uma forma de institucionalização do político – surgida sob relações sociais de força específicas. A forma política burguesa, isto é, a separação entre o Estado e a sociedade, entre a “política” e a “economia”, o fato de que a reprodução da sociedade capitalista e a regulação das relações de classe pressupõe uma instância formalmente separada delas, pode se expressar em diferentes formas institucionais. Por isso, deve-se partir da constatação de que os atuais processos de transformação não implicam no fim do Estado e dos sistemas de Estados, mas em sua nova configuração, como ocorre normalmente no decorrer da história (HIRSCH, 2010, P. 173-174)²³.

O Estado nacional continua sendo a instância que pode assegurar condições infra-estruturais para o processo de produção, que pode exercer controle sobre a força de trabalho e que garante em último caso a integridade do sistema financeiro. Tal como antes, ele é essencial, tanto no âmbito nacional quanto no internacional – já que o capital depende da garantia política e institucional nos seus diferentes locais de investimento –, para a regulação das relações de classe e ao mesmo tempo se encontra sob pressão de ter que

²³ É necessário esclarecer um possível mal-entendido do texto. Alguns autores tendem a estender as idéias de Henry Ford e a teoria de Keynes para esferas diferentes da organização da fábrica e da política econômica anticíclica – respectivamente –, como por exemplo ao falar de uma sociedade fordista ou um Estado keynesiano, confundindo o fordismo e o keynesianismo com políticas de bem-estar. Ford e Keynes nunca defenderam a saúde pública, o ensino público, a aposentadoria plena, as férias remuneradas, o salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, etc. O Estado de bem-estar social foi fruto da luta de classes.

assegurar a coesão social de sociedades permeadas pelo conflito de classes. “É por isso que os Estados não desaparecem tão facilmente, nem se tornam simples instrumentos do capital. O que mudou foram as relações de classe e o seu modo de institucionalização” (HIRSCH, 2010, p.175).

Relações de classe que podem ser resumidas no termo neoliberalismo, como projeto de restauração do poder das classes dominantes e do imperialismo. Restauração esta que projetada no Estado faz com que este adote os pilares do neoliberalismo e os aplique, desmontando os aparatos institucionais vigentes. Para tal, é necessário um Estado forte que resista às pressões contra a imposição de formas que facilitem a acumulação. Dessa forma, o Estado mínimo se torna um mito, pois ele se ajusta de acordo com os interesses das classes dominantes (ora mínimo, ora máximo: é um Estado mínimo quando se refere à retirada do Estado de setores que não eram passíveis de exploração do capital, mas está presente no processo de internacionalização do capital), porém mínimo para garantias e direitos dos trabalhadores.

A aplicação dos pilares do neoliberalismo é o que Stiglitz (2002) chama de ajuste estrutural. Tanto nos Estados centrais e quanto nos Estados periféricos, o ajuste estrutural consiste basicamente na adoção dos preceitos neoliberais pelo Estado. Nos países periféricos ele serviu para resolver a dificuldade do pagamento da dívida externa, postergando-a em troca de reformas neoliberais orientadas pelo FMI e pelo Banco Mundial. Assim, a reestruturação do poder das burguesias nos países centrais se apoiou em mais-valia extraída do resto do mundo por meio das práticas de ajuste estrutural. Formou-se então uma coluna de aparelhos neoliberais, os Estados neoliberais.

O ajuste estrutural criou uma nova forma de Estado nacional tanto em países centrais quanto periféricos, o Estado neoliberal. Este cria um ambiente favorável aos empreendimentos burgueses, no qual o Estado tende a ficar do lado desse ambiente favorável em detrimento dos direitos coletivos de trabalho. Daí a tendência do Estado de favorecer a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população.

Na administração do câmbio, da dívida externa, dos juros, especialmente nos países latino-americanos, os governos neoliberais promoveram um novo tipo de intervenção. A dívida externa foi estatizada por exigência e para garantia dos credores internacionais; o câmbio e os juros, que remuneraram investimentos financeiros nacionais e estrangeiros, são mantidos elevados por intervenção governamental e a cada crise cambial ou inflacionária o Estado atua com pacotes salvadores. Os bancos não protestam quando o Estado intervém para subsidiá-los em situação de quase falência e para regular o processo de reconstrução do setor bancário.

No plano doméstico, o Estado neoliberal é hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital. Sindicatos independentes e movimentos sociais devem ser disciplinados, se não destruídos, em nome da liberdade individual do trabalhador. O resultado disso se traduz em baixos salários, crescente insegurança no emprego, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho. Podemos discernir essas tendências em Estados que seguiram o caminho neoliberal. Na mesma via dessas tendências, à medida que se reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e se reduz o seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a seguridade social, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Nesse sentido, o objetivo dos cortes nos gastos sociais é produzir superávit primário, sobretudo nos países periféricos. Internacionalmente, o Estado neoliberal defende os livres mercados e os livres comércios ao mesmo tempo em que põe tarifas a importações que prejudiquem certos setores da economia nacional, com a finalidade de proteger as frações das suas burguesias; impõe arbitrariamente cotas de importação para acalmar os descontentes domésticos. Os Estados europeus, por exemplo, protegem sua agricultura (ideologia prática) sem deixar de insistir no livre comércio (ideologia teórica).

No conjunto dessas mudanças estão importantes transformações na natureza da governança no interior do Estado. A neoliberalização implicou num aumento das parcerias público-privadas. Os negócios e corporações não só colaboram intimamente com atores do governo como chegam a assumir papel na redação de leis, na determinação de políticas

públicas e na implantação de estruturas regulatórias. Surgem padrões de negociação que incorporam os negócios e por vezes interesses profissionais na governança mediante contatos próximos ou secretos. Em muitos casos de parcerias público-privadas, em especial nos municípios, o governo assume o risco enquanto o setor privado fica com a maior parte do lucro. Se necessário, o Estado recorre a legislações coercitivas e táticas de policiamento para reprimir forças de oposição a essa situação. A passagem do governo para a governança tem sido pronunciada sob o neoliberalismo. As organizações não-governamentais e as organizações de terceiro setor também proliferaram, gerando a crença de que a oposição mobilizada fora do aparato de Estado e no interior de alguma entidade da sociedade civil é a casa da força política oposicional e da transformação social.

O Estado neoliberal com seu monopólio da violência e das definições de legalidades desempenha papel vital em processos de neoliberalização. A privatização de ativos públicos tem sido uma marca registrada. Seu objetivo primordial tem sido abrir à acumulação do capital a novos campos até então considerados fora do alcance da lucratividade. Todo tipo de utilidade pública, de benefícios sociais, de instituições públicas e mesmo operações de guerra²⁴, foi privatizado em alguma medida em todo o mundo capitalista. A passagem dos direitos de propriedade comum, obtidos ao longo dos anos de dura luta de classes (direto à aposentadoria, a um sistema nacional de saúde, etc.) ao domínio privado tem sido uma das mais egrégias políticas de espoliação. Os direitos de propriedade intelectual estabelecidos pelo chamado acordo TRIPS, sobre aspectos comerciais desses direitos, firmando na OMC define todo tipo de produto, inclusive material genético, com propriedade privada. Assim, o estoque mundial de recursos genéticos se consolida em benefício de poucas grandes empresas farmacêuticas²⁵. A crescente dilapidação dos bens comuns ambientais – terra, água, ar – e a proliferação de formas de degradação dos habitats para formas intensivas de

²⁴ Ver *O Negócio da Guerra* de Dario Azzelini, no qual o autor mostra a existência das Companhias Militares Privadas (CMPs), empresas que desempenham atividade de guerra a serviço do Estado, funcionando como organizações paramilitares. De acordo com Azzelini, é a terceirização da guerra.

²⁵ Pode parecer que os neoliberais seriam contra qualquer tipo de monopólio, tanto público como privado. Mas, como já vimos, a ideologia teórica não corresponde à ideologia prática. A defesa do livre mercado se circunscreve apenas o que convém aos grandes monopólios. O monopólio é maléfico quando não está nas mãos de grupos privados: as privatizações promovidas pelos governos neoliberais nos setores de siderurgia, serviço de transporte ferroviário, abastecimento de água, energia elétrica e telefonia têm criado monopólios.

produção agrícola também são resultado da total mercadificação da natureza em todas suas modalidades.

A desregulamentação financeira é outro desses processos. A forte onda de financierização que se instaurou a partir de 1980 marca o estilo especulativo desse sistema. O volume diário de transações financeiras cresceu de forma explosiva e a desregulamentação desse sistema permitiu que ele se tornasse um dos principais centros de atividade redistributiva por meio da especulação. A ênfase nas bolsas de valores, que surgiu da integração entre os interesses dos proprietários e dos administradores de capital mediante remuneração desses últimos com opções de ações, levou a manipulações do mercado, que produziu imensa riqueza para uns poucos a expensas de muitos. A redistribuição de renda e riqueza também se encaixa nesses processos. O Estado neoliberal por meio de códigos tributários beneficia os retornos sobre o investimento e não sobre o salário e a renda, impõe taxas de uso a qualquer tipo de serviço e o oferece uma gama de subsídios e isenções fiscais a pessoas jurídicas. Outro processo comandado pelo Estado neoliberal é o de abertura comercial. Acreditava-se que a abertura comercial tornaria as empresas mais competitivas e eficientes baseado na noção de que a concorrência das empresas estrangeiras no mercado nacional e as importações mais baratas em função do câmbio valorizado obrigariam as empresas nacionais a adotar novas tecnologias e reduzir custos²⁶. Entretanto, esta concorrência culmina em monopólios nacionais e internacionais. Por último, o processo de ataque a força de trabalho. Além do ataque aos sindicatos, a desregulamentação do mercado de trabalho deixa o trabalhador individualizado e relativamente impotente diante de um mercado que lhe oferece contratos de curto prazo personalizados. A estabilidade no emprego se torna uma coisa do passado. Um sistema de responsabilidade pessoal substitui as proteções sociais que foram antes responsabilidades dos empregadores e do Estado. Os trabalhadores compram produtos nos mercados, que passam a ser seus novos fornecedores de proteção social. Além disso, os salários dos trabalhadores são desindexados, passando a flutuar livremente no mercado. Isso sem contar a maior mobilidade geográfica do capital em relação a dos trabalhadores, causando o problema das imigrações ilegais.

²⁶ Não é o momento aqui de discutir se essa crença se confirmou.

Algumas diretrizes de política econômica parecem ser inerentes ao Estado neoliberal. As privatizações retiram do Estado setores do quais provinham boa parte do orçamento. A aplicação de políticas restritivas à inflação provoca elevação das taxas de juros e redução de investimentos no setor produtivo, causando queda no nível de atividade econômica e de emprego. Os juros altos também contribuem para a elevação da dívida interna e externa, deteriorando as contas públicas e resultando em menores aportes de recursos para os setores sociais. A liberalização dos mercados financeiros proporciona entrada de capitais de curto prazo, ampliando o risco de crises abruptas e a instabilidade econômica, pois capitais ingressantes nas economias são constituídos na maior parte por fluxos de capitais especulativos em busca de retornos elevados. A abertura comercial e a integração ao mercado internacional, ao invés de tornar as empresas mais competitivas e modernizar a estrutura produtiva, acarreta uma desnacionalização produtiva, quebra de empresas, concentração de renda e aumento do desemprego²⁷. Desse modo, os artifícios dos Estados neoliberais – altas taxas de juros, sobrevalorização cambial, atração do capital externo – resultam na deterioração das finanças do Estado, principalmente em virtude da magnitude adquirida pelo componente financeiro nas contas públicas (FIORI, 1997).

Apesar de nosso foco ser o Estado e os processos que ele sofre – seu suposto declínio, neoliberalização, internacionalização –, não podemos perder de vista que o mecanismo que os controla são os interesses das classes dominantes de cada formação social agrupadas em seus respectivos blocos no poder, fazendo delas, mediante o Estado, protagonistas das relações inter-nacionais.

²⁷ Pensar em modernização e competitividade que a abertura comercial pode trazer, sobretudo aos países periféricos, à economia nacional é tarefa difícil para economias que historicamente contaram com forte participação do Estado para alavancar seus processos de industrialização.

Conclusão

As teses do declínio do Estado-nação são passíveis de crítica, como vimos ao longo do texto. Críticas feitas ora de forma mais direta, ora de forma indireta. Logo, cabe aqui um esforço de síntese no sentido de levantar as idéias mais importantes sobre o declínio do Estado-nação e, junto com elas, suas críticas.

A idéia mais constante entre os defensores da decadência do Estado é a idéia das empresas multinacionais, assim como a idéia da formação de redes de produção e geração de riqueza acima da autoridade estatal. Esta é uma idéia que coloca mercado e Estado na condição de rivais por excelência. As empresas não teriam pátria e suas atividades estariam constituídas na forma de redes que se espalhariam por todos os cantos do planeta, uma vez que tais multinacionais se instalariam em territórios onde as condições para exercer suas atividades fossem benéficas aos seus lucros – sempre tendo o Estado como obstáculo. Entretanto, não são poucos os autores que atestam o vínculo nacional das empresas ditas multinacionais. Estas são consideradas empresas nacionais com atuação internacional (ou transnacionais, na nossa denominação), cujo processo de internacionalização é apoiado pelo Estado de origem, fazendo parte de uma estratégia do próprio Estado em meio à competição na economia internacional. As empresas mais atuantes no cenário internacional estão concentradas nos países centrais do capitalismo e a formação de suas redes de produção não é um dado falso, elas apenas não solapam a autoridade estatal: ocorre uma negociação entre o Estado de origem e o Estado alvo para que as empresas possam se expandir. Mais especificamente, é uma negociação entre classes dominantes de blocos no poder de diferentes países (vale lembrar aqui que a classe dominante de uma formação social, no que diz respeito às relações inter-nacionais, adquire a clivagem de burguesia compradora, interna e nacional).

Próxima a essa idéia de empresas multinacionais é a idéia segundo a qual os fatores da produção teriam livre mobilidade entre as fronteiras nacionais, principalmente o capital. Sem dúvida as inovações nos meios de comunicação e transporte fizeram com que informação e conhecimento (se é que estes podem ser considerados fatores de produção)

fluíssem com mais facilidade entre as fronteiras nacionais. Com o desenvolvimento dos mercados financeiros em seus respectivos países, o capital se tornou mais volátil e adquiriu um maior grau de mobilidade. Contudo, o capital ainda esbarra nas políticas dos Estados (os bancos centrais, por mais que tenham diretrizes neoliberais, monitoram a economia nacional, inclusive as defendendo de ataques especulativos) e sua suposta nova capacidade de barganha não é novidade, mas sim um componente estrutural do imperialismo, no qual o capital ultrapassa as formações sociais em busca de outros territórios para sua reprodução. Ademais, dois fatores são importantes nessa crítica, a tecnologia e a mão-de-obra. A transferência de tecnologia entre países se dá quando a tecnologia que já foi de ponta se torna obsoleta para um determinado mercado, isto é, os elementos mais avançados da produção permanecem nos mercados de origem, nos países centrais e nas filiais de suas empresas ao redor do mundo, deixando-os no momento em que são superadas. A mobilidade da mão-de-obra é particularmente enganosa: leis anti-imigração fazem parte da política dos Estados nacionais, a fronteira entre EUA e México não nos deixa mentir.

O processo de “globalização” é igualmente importante para os defensores do declínio do Estado-nação. Com esse processo a economia mundial teria se tornado uma economia global sem fronteiras, em vez de uma economia internacional composta por economias nacionais. Seria um processo irreversível e inédito na história, que leva consigo a idéia de uma nova fase do capitalismo, na qual transformações na economia teriam acarretado o fim do imperialismo e teriam formado novos aparatos de soberania. Não obstante, a economia global faz parte do discurso neoliberal de livre mercado e conseqüentemente parte da estratégia das classes dominantes de restauração de poder. Hirst e Thompson (2002) mostraram a permanência de uma economia internacional baseada em economias nacionais. Economias nacionais centrais e periféricas, revelando a vigência do imperialismo. Além disso, os autores cujas críticas embasam esse nosso texto têm uma visão semelhante sobre as instituições internacionais. Longe de formarem um aparato estatal mundial, tais instituições são criadas ou transformadas em meio ao processo de internacionalização do capital; criadas ou transformadas pelos próprios Estados, que dirigem tal processo de internacionalização, com a finalidade de regular a economia mundial, na qual vigoram os pilares do neoliberalismo. Logo, as instituições internacionais,

principalmente OMC, FMI e Banco Mundial, regulam e expandem o processo de neoliberalização das economias nacionais.

A crítica à tese da burguesia mundial ou classe capitalista transnacional é especialmente importante, porque procura afastar a idéia de uma classe dominante mundialmente unificada. As classes dominantes podem ter base de acumulação inteiramente nacional ou ser o braço do imperialismo numa formação social, todavia a organização, a reprodução e a atuação são em bases nacionais e em torno de um Estado nacional. Apesar do aumento da mobilidade do capital nas últimas décadas, este permanece nacional e se internacionaliza, logo assim o fazem as burguesias de cada país, porque a economia mundial não é uma economia global, mas sim uma economia internacional. Assim como o processo de internacionalização do capital, as classes dominantes são nacionais com interesses internacionais. Dessa forma, podemos entender o processo de constituição da União Européia como uma espécie de unificação (repleta de contradições) das burguesias européias, em suas cooperações e conflitos, para fazer frente ao capital estadunidense, não como um aparato pós-nacional de salvaguarda da cidadania e da democracia.

Por fim, o Estado-nação em si não se encontra em declínio. O único declínio que identificamos foi o do Estado de bem-estar social e desenvolvimentista, em decorrência da ofensiva neoliberal, numa estrutura econômica mundial imperialista, para restauração do poder de classe. O Estado-nação tem longa vida no capitalismo, pois, ainda que não seja uma ferramenta das classes dominantes, é imprescindível para sua dominação e exploração.

Bibliografia

ABENSOUR, Miguel. **A democracia contra o Estado: Marx e o momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ACCO, Marco Antonio. **Para onde vão os Estados nacionais?** 2009. 391f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.

ALTHUSSER, Louis. **A favor de Marx**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. A querela do humanismo. In: **Crítica Marxista**, n.9. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Afrontamento, 1976.

BIANCHI, Álvaro. A mundanização da filosofia: Marx e as origens da crítica da política. In: **Trans/Form/Ação**, v.29, n.02. Marília: [s.n.], 2006.

AMARAL, Oswaldo. O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais. In: **Cadernos Cemarx**, n. 4. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 2007.

BATISTA JR., Paulo N. Mitos da globalização. In: **Estudos Avançados**, n. 12. [s.l.:s.n.], 1998.

BELLUZO, Luis Gonzaga. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. In: **Economia e Sociedade**, n.4. Campinas: IE UNICAMP, 1995.

_____. O novo papel do Estado frente à globalização. In: **Globalização e desenvolvimento regional: cenários para o século XXI**. Recife: SUDENE, 1997.

BIDET, Jacques. A “forma-mundo” atual. In: Galvão, Andréia (org.). **Marxismo, Capitalismo, Socialismo**. São Paulo: Xamã, 2008.

- BIDET, Jacques; DUMÉNIL, Gérard. **Altermarxismo: outro marxismo para outro mundo**. Espanha: El Viejo Topo, 2007.
- BOBBIO, Norberto (et. al.). **Marxismo e Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: **Crítica Marxista**, n.21. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: **Crítica Marxista**, n.17. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.
- _____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999
- BORON, Atilio. **Império e Imperialismo**. Espanha: El viejo topo, 2003.
- CALLINICOS, Alex. Does capitalism need the state system? In: **Cambridge Review of International Affairs**, n. 20. Londres: [s.l], 2007.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1986.
- CODATO, Adriano Nervo. O 18 Brumário, política e pós-modernismo. In: **Lua Nova**, n. 63. São Paulo: [s.l.], 2004.
- CODATO, Adriano N.; PERISSINOTO, Renato M. O Estado como instituição: uma leitura das “obras históricas” de Marx: *Crítica Marxista*, n.13, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Néolibéralisme: dépassement ou renouvellement d’un ordre social? In: **Actuel Marx**, n. 40. Paris: PUF, 2006.
- _____. O imperialismo na era neoliberal. In: **Crítica Marxista**, n. 18. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Introdução à Guerra Civil na França. In: Marx, K.; Engels, F. **Textos**, v.1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

FARIAS, Francisco. Frações burguesas e bloco no poder. In: **Crítica Marxista**, n. 28. São Paulo: UNESP, 2009

_____. Sobre a questão das frações de classe dominante. In: **Cadernos Cemarx**, n. 1. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. 2004.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, Vozes, 1997.

FUKUYAMA, Francis. **Construção de Estados**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. V.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

GONÇALVES, Reinaldo. Economia internacional ou economia mundial? In: Fiori, J. L.; Lourenço, M. S.; Noronha, J. C. (orgs.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In: Estudos Avançados, v. 11, n.29. São Paulo: [s.l.], 1997.

GUERENNO, Jean-Marie. **O fim da democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **A constelação pós-nacional**. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. The Pertinence of Imperialism. In: Rupert, M.; Smith, H. (orgs.). **Historical materialism and globalization**. Londres: Routledge, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIRSCH, Joaquim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahane. **A Globalização em Questão**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOLLOWAY, John; PICCIOTTO, Sol. Introduction: towards a materialist theory of the State. In: HOLLOWAY, J.; PICCIOTTO, S. **State and capital: a marxist debate**. Austin: University of Texas, 1978.

JESSOP, Bob. A globalização e o Estado nacional. In: **Crítica Marxista**, n. 7. São Paulo: [s.l.], 1998.

_____. **State theory: putting the capitalist state in its place**. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 1990.

_____. **The capitalist state**. Nova Iorque: New York University Press, 1982.

_____. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity Press, 2002.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. Acerca del Estado. In: **Obras escogidas en tres tomos**, v.3. Moscou: Editorial Progreso, 1966.

MARTUSCELLI, Danilo. A burguesia mundial em questão. In: **Crítica Marxista**, n. 30. São Paulo: UNESP, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. In: Bogo, Ademar (org.). **Teoria da organização política I**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. A burguesia e a contra-revolução. In: Marx, K.; Engels, F. **Textos**. V.3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____. A guerra civil na França. In: Marx, K.; Engels, F. **Textos**. V.1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

_____. **A luta de classes na França 1848-1850**. São Paulo: Global, 1986.

_____. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. In: Civita, Victor (ed.). **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

PASUKANIS, Eugeny. **Teoria geral do direito e marxismo**. Coimbra: Centelha, 1972.

- POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos; MILIBAND, Ralph. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- ROBINSON, William. **Una teoría sobre el capitalismo global**. Bogotá D.C.: Ediciones desde abajo, 2007.
- SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.
- SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: **Crítica Marxista**, n.7. Rio de Janeiro: Xamã, 1998.
- _____. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1994.
- SANTOS JR., Raimundo B. dos. **A globalização ou o mito do fim do Estado** 2001. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.
- STIGLITZ, Joseph. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.
- WALLERSTEIN, Immanuel. States? Sovereignty? The dilemmas of capitalists in an age of transition. In: Smith, D.; Solinger, D; Topik, S. (orgs.). **States and sovereignty in the global economy**. Londres: Routledge, 1999
- WOOD, Ellen M. Global capital, national states. In: Rupert, M.; Smith, H. **Historical materialism and globalization**. Londres: Routledge, 2002.
- _____. Unhappy families: global capitalism in a world of nation states. In: **Monthly Review**, n.51. [s.l.:s.d.], 1999.
- _____. Trabajo, classe y Estado en el capitalismo global. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- WRISTON, Walter. **O Crepúsculo da Soberania**. São Paulo: Markon Books, 1994.